Estratégia Concursos

Aula 00

IBGE (Agente de Pesquisas e Mapeamento) Geografia - 2022 (Pré-Edital)

Autor:
Leandro Signori

06 de Novembro de 2021

Sumário

Formação Territorial e Divisão Político-Administrativa (organização federativa) 4

1 - Introdução 4

2 - A formação político-territorial do Brasil 5

2.1 O Império e a constituição das províncias 8

2.2 A República e a atual configuração político-administrativa 9

3 - As bases econômicas da ocupação do território 12

4 - Fronteiras 19

5 - A divisão regional 23

6 - Brasil: organização federativa e sistema de governo 27

Questões Comentadas 29

Lista de Questões 41

Gabarito 48

Resumo 49

APRESENTAÇÃO DO CURSO

Caro aluno,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na disciplina de **GEOGRAFIA** para o processo seletivo simplificado (PSS) de **AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO** do **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**.

Sou o **Professor Leandro Signori**, gaúcho de Lajeado. Ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal –, o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e de São Leopoldo desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Fui também, durante muitos anos, servidor público federal, como geógrafo, no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e **Bacharelado** pelo UniCEUB, em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on-line* e presencial ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e Geografia.

Feita a minha apresentação, agora vamos falar do nosso curso, que será de teoria e exercícios, no qual vamos contemplar os seguintes conteúdos listados no edital do Processo Seletivo:

1 Noções básicas de cartografia. 1.1 Orientação: pontos cardeais. 1.2 Localização: coordenadas geográficas, latitude, longitude e altitude. 1.3 Representação: leitura, escala, legendas e convenções. 2 Aspectos físicos do Brasil e meio ambiente no Brasil (grandes domínios de clima, vegetação, relevo e hidrografia; ecossistemas). 3 Organização do espaço agrário: atividades econômicas, modernização e conflitos; organização do espaço urbano: atividades econômicas, emprego e pobreza; rede urbana e regiões metropolitanas. 4 Dinâmica da população brasileira: fluxos migratórios, áreas de crescimento e de perda populacional. 5 Formação territorial e divisão político-administrativa (organização federativa).

Não houve nenhuma mudança de conteúdo em relação ao curso pré-edital, portanto não há necessidade de atualização para aqueles que estavam estudando pelo meu curso do ano de 2020.

Veja o nosso cronograma:

Aula	Conteúdo Programático
00	5 Formação territorial e divisão político-administrativa (organização federativa).
01	2 Aspectos físicos do Brasil e meio ambiente no Brasil (grandes domínios de clima, relevo e hidrografia).
02	2 Aspectos físicos do Brasil e meio ambiente no Brasil (vegetação e ecossistemas).

03	3 Organização do espaço urbano: atividades econômicas, emprego e pobreza; rede urbana e regiões metropolitanas.
04	3 Organização do espaço agrário: atividades econômicas, modernização e conflitos.
05	4 Dinâmica da população brasileira: fluxos migratórios, áreas de crescimento e de perda populacional.
06	1 Noções básicas de cartografia. 1.1 Orientação: pontos cardeais. 1.2 Localização: coordenadas geográficas, latitude, longitude e altitude. 1.3 Representação: leitura, escala, legendas e convenções.

Tenho uma longa experiência em concursos do IBGE. Conheço bem as bancas destes dois processos seletivos. O nosso curso está ajustado conforme o conteúdo constante do edital. Não vou descarregar em você, conteúdos imensos que não constam do edital. Também não será um curso superficial, insuficiente para os estudos do que pode ser cobrado em prova. É um curso customizado, conforme o edital e o meu amplo conhecimento das organizadoras que trabalham para o IBGE.

Sempre que necessário, utilizaremos questões de outras bancas, não somente da banca do seu concurso. Faremos isso para tópicos da nossa disciplina que são pouco cobrados em concursos pela organizadora do nosso certame. Também é uma forma de aumentar substancialmente o número de questões disponíveis para vocês treinarem.

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho na nossa disciplina.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Quem quiser também pode me seguir nas minhas redes sociais: **Instagram**: **profleandrosignori**, **Telegram**: **https://t.me/profleandrosignori**, **Telegram**: **https://t.me/estudoibge** e **YouTube**: **Leandro Signori**. Nelas, divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual.

Ótimos estudos e fique com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)

FORMAÇÃO TERRITORIAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ORGANIZAÇÃO FEDERATIVA)

1 - Introdução

Vamos começar o nosso estudo entendendo o que é nação, território e Estado. Não creio que estes conceitos venham a ser cobrados no nosso concurso, mas eles são importantes para estudarmos a formação territorial do Brasil.

A palavra **nação** possui duas concepções: uma antropológica e outra de concepção política.

Na concepção antropológica, a nação é um termo utilizado para se referir a um povo que compartilha de uma mesma origem étnica, de um mesmo idioma e de costumes relativamente homogêneos. Além disso, é necessário que exista uma vontade por parte dos indivíduos em formarem uma nação e uma coesão espacial ou geográfica, para que se mantenham próximos e unidos em um mesmo local.

Na concepção política, a nação surge como sinônimo de "**Estado**, que se caracteriza por ser uma instituição social e politicamente organizada que exerce soberania sobre um **território**, delimitado por fronteiras com limites precisos e protegido pelas Forças Armadas, tem uma administração burocrática e é organizado em esferas de poder.

Não há uma definição única de **território**, mas os geógrafos vão concordar que é um espaço delimitado e apropriado por relações de poder. Para Demétrio Magnoli (2012), o território é um espaço geográfico submetido a um poder central, ou, mais precisamente, a área de validade de um conjunto de normas.

O Brasil possui todos estes elementos, um povo, um território e se constitui em um Estado.

Na sua atual configuração política, o Brasil é uma República Federativa composta por 26 **estados**, mais o **Distrito Federal,** e por 5.568 **municípios**. Seu sistema federativo foi adotado a partir de 1889, com a Proclamação da República, que transformou as províncias em estados.

O país possui 8.515.767 km², sendo o maior Estado da América Latina e o quinto maior do mundo em área territorial.

No entanto, nem sempre foi assim, **a nossa atual configuração política e territorial foi historicamente construída ao longo dos séculos e seu início data dos primórdios da ocupação da América pelas nações ibéricas.**

A seguir, vamos ver o processo histórico que levou ao Brasil atual, do ponto de vista territorial e político.

2 - A formação político-territorial do Brasil

Portugal e Espanha assinaram, em 1494, o **Tratado de Tordesilhas,** determinando que as terras localizadas 370 léguas a Oeste de Cabo Verde pertenceriam à Espanha e ao leste, a Portugal. Por esse tratado, antes mesmo de portugueses e espanhóis aportarem no continente americano, eles já deram início à configuração do espaço territorial das Américas.

Tratado de Tordesilhas



A descoberta do Brasil ocorreu no ano de 1500. Porém, as novas terras ficaram praticamente abandonadas, até 1530, quando Portugal decidiu colonizar o Brasil. Martim Afonso comandou a primeira expedição colonizadora, que partiu de Portugal em dezembro de 1531.

O português fundou a primeira vila do Brasil, São Vicente-SP, em 1532 e distribuiu as primeiras sesmarias aos colonos portugueses. Tratavam-se de terras doadas pela Coroa portuguesa para os sesmeiros, que ao tomarem posse ficavam obrigados a fazê-las produzir em alguns anos (em geral cinco).

As sesmarias eram imensas e seu cultivo demandava o controle sobre um número significativo de escravos. Constituiram-se no embrião do latifúndio canavieiro, algodoeiro e pecuarista e, mais tarde, das fazendas de café e cacau. O modelo monocultor, escravista e exportador da agricultura colonial da América Portuguesa começava a tomar forma.

Então, em 1534, foi criado o sistema de **capitanias hereditárias**. Elas representaram a **primeira divisão político-administrativa do território colonial**. Todo o Brasil português foi dividido em quinze capitanias, que foram concedidas para cidadãos portugueses, intitulados **capitães donatários**.

Responsáveis economicamente pela empresa colonizatória, os donatários tinham como dever o exercício da função administrativa da capitania, uma vez que eram os representantes do poder real naquele território. Além disso, deviam proteger militarmente as terras sob sua jurisdição, provendo-as de armas e fortificações. Em contrapartida, recebiam rendas e privilégios destinados aos capitães que governavam as capitanias das demais colônias portuguesas. Também tinham direito de monopólio sobre moinhos, fornos, engenhos e passagens fluviais e de conceder sesmarias em suas capitanias.



O sistema de capitanias organizou o território colonial em unidades autônomas e desarticuladas entre si. Configurou uma **opção pela descentralização político-administrativa.** Entretanto, os donatários se revelaram incapazes de arcarem com os níveis de investimentos necessários e com as exigências postas pela defesa contra as incursões estrangeiras na colônia brasileira.

Em 1548, numa tentativa de reforçar sua presença e coordenar os esforços dos capitães donatários, a Coroa instituiu o **Governo-Geral** instalado em 1549 na recém-fundada cidade de Salvador (Bahia). Começava a nascer um aparelho de Estado subordinado à monarquia lusa. **Salvador** tornou-se a primeira capital do Brasil.

Ao longo do século XVI, o litoral brasileiro foi sendo povoado. Nesse mesmo século, houve algumas penetrações esparsas para o interior do Brasil, sem, contudo, fixar o homem ao solo.

No período de 1580 a 1640, Portugal esteve sob domínio espanhol, no que ficou conhecido como a **União Ibérica.** As **entradas** e **bandeiras** foram estimuladas no Brasil, na tentativa de encontrar ouro em nosso território.

As **Entradas** eram organizadas pelo governo, com financiamento público. Geralmente procuravam respeitar os limites de Tordesilhas. A maioria das expedições realizadas partiam da capital do Brasil, na época, Salvador, na Bahia, ou até mesmo de Pernambuco. Visavam primeiramente à prospecção do território e de metais preciosos.

As **Bandeiras** eram expedições particulares e não respeitavam os limites de Tordesilhas. Em geral, começavam a partir da Vila de São Paulo de Piratininga (atual São Paulo), na Capitania de São Vicente (hoje São Paulo). Visavam primeiramente à prospecção do território e de metais preciosos. Também se dedicavam ao apresamento de índios para escravização e a capturar escravos fugidos e destruir quilombos.

Como Portugal e Espanha estavam sob o mesmo reinado, a linha de Tordesilhas perdeu o seu sentido, embora o tratado não tenha sido revogado. Os bandeirantes avançaram para muito além da linha, e o Brasil triplicou de tamanho. A **expansão da pecuária** e as **missões jesuíticas** foram fatores que contribuíram para essa expansão.

O contínuo avanço português para além da linha de Tordesilhas fez com que Portugal e Espanha assinassem um novo tratado de fronteiras, o **Tratado de Madri**, em 1750. Os dois países aceitaram o princípio do ***uti possidetis***, segundo o qual cada nação conservaria as terras que já tivessem efetivamente ocupado.

Segundo o acordado, Portugal entregaria à Espanha a Colônia do Santíssimo Sacramento e, em troca, receberia a região ocupada pelos Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul. Esse acordo não foi cumprido e acabou sendo anulado pelo Tratado do Pardo, em 1761.

Os princípios do Tratado de Madri serviram de base para um novo acordo de limites feito, o **Tratado de Santo Ildefonso**, assinado no ano de 1777. Por esse tratado, Portugal perdeu definitivamente a Colônia do Santíssimo Sacramento, mas não foi compensada com a região dos Sete Povos das Missões.

Porém, em 1801, um novo conflito foi deflagrado, trazendo para os domínios portugueses a região dos Sete Povos das Missões, que foi definitivamente incorporada ao território do Rio Grande do Sul pelo **Tratado de Badajós**.



Outra **mudança importante para a configuração territorial do Brasil** foi a **transferência**, em 1763, de sua **capital da cidade de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro**.

Entre os séculos XVI a XVIII, as capitanias hereditárias foram paulatinamente retornando para o controle da Coroa Portuguesa, devido ao fracasso da colonização da maior parte delas pelos capitães-donatários.

2.1 O Império e a constituição das províncias

Com a declaração da Independência do Brasil, em 1822, as antigas capitanias reais foram transformadas em **províncias do Império do Brasil**. Quando do seu nascimento, o Império do Brasil contava com 18 províncias: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Durante todo o período Imperial, a divisão administrativa do Brasil mudou apenas com a criação da Província do Amazonas, em 1850, e da Província do Paraná em 1853.



2.2 A República e a atual configuração político-administrativa

Em 1889, com a Proclamação da República, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados, mantendo as mesmas divisas. Juntamente com a **República** é introduzido o **federalismo no Brasil**. A federação brasileira nasceu com 20 estados mais o Distrito Federal, conforme o mapa abaixo:



Desde o ano de 1834, a cidade do Rio de Janeiro havia sido desligada da província de mesmo nome e passado a abrigar a Corte, sob a forma de município neutro. A administração da província passou a ser sediada na cidade de Niterói. **Com a Proclamação da República, o município neutro foi transformado na pessoa jurídica do Distrito Federal, capital do Brasil.**

Em 1956, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, deu início à construção de uma nova sede para o Distrito Federal. Em **1960,** fruto de antigas reivindicações, a sede do governo brasileiro foi transferida para a região Centro-Oeste do País, onde foi construída a cidade de **Brasília**.

Porém, para que o Brasil tivesse a conformação territorial que é conhecida atualmente, algumas mudanças ocorreram no decorrer do século XX. Uma delas foi a **anexação** do território do atual Estado do **Acre** ao Brasil, em **1903**, por meio do **Tratado de Petrópolis**.

Na década de 1940, no contexto da Segunda Guerra Mundial e com a necessidade crescente de exploração da borracha na Amazônia, o então presidente da república Getúlio Vargas criou seis territórios federais: **Guaporé, Amapá, Ponta Porã, Iguaçu, Rio Branco** e **Fernando de Noronha.** A criação dos territórios federais, prevista na Constituição, foi justificada pela necessidade da segurança das fronteiras, localizadas em regiões remotas, onde o poder público estadual encontrava dificuldades em administrar.

Os territórios não tinham assembleias legislativas nem representação no Senado, e seus governadores eram nomeados pelo governo federal. Veja o mapa dos territórios federais, em 1945:



Fonte: Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil

Os territórios de Ponta Porã e Iguaçu foram extintos pouco tempo depois, em 1946. O território do **Guaporé** transformou-se no Estado de **Rondônia**, em 1981, ano em que o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do Poder Executivo, pelo qual o território foi elevado a estado da União. O território de **Rio Branco** passou a ser denominado de **Roraima** em 1962.

A Constituição Federal de 1988 transformou os territórios federais do **Amapá** em **Estado do Amapá** e o de **Roraima** em **Estado de Roraima**. O território de **Fernando de Noronha foi anexado a Pernambuco**. Porém, a Constituição manteve a possibilidade de, futuramente, serem criados novos territórios federais.

O Brasil central conheceu dois desmembramentos de estados. A criação de **Mato Grosso do Sul**, em 1977, resultou da bipartição do Mato Grosso. **Tocantins** nasceu, em 1988, pela bipartição de Goiás. A República Federativa do Brasil passou a ser formada por 26 estados e o Distrito Federal.

Vejamos no mapa a seguir, a divisão atual do Brasil em estados e Distrito Federal.



3 - As bases econômicas da ocupação do território

Celso Furtado nos diz que a história econômica do Brasil consistiu em uma série de **ciclos econômicos**, uma sucessão de grandes produções que formaram sucessivamente o essencial das suas exportações: **açúcar nos séculos XVI** e **XVII** (1530-1650), **ouro** no **fim do século XVII** e **no início do século XVIII** (1695-1795), **café** nos **séculos XIX** e **XX** (1800-1930) e **borracha** no **início do século XX** (1879-1910 e 1942-1945).

Deve-se a essa sucessão de ciclos econômicos a formação do arquipélago brasileiro, porque cada um deles afetou uma região diferente do país: açúcar, o Nordeste; o ouro, Minas Gerais; o café, o Sudeste; a borracha, a Amazônia. Cada um imprimiu sua marca, permitindo o povoamento de regiões até então quase vazias, dando um estilo às relações sociais e à organização do espaço dessas regiões.

As consequências da formação por ciclos não terminam nessa heterogeneidade, mas implicam determinado funcionamento do conjunto do território nacional. O Brasil independente permaneceu, ao longo de todo o século XlX e na primeira metade século XX, como uma coleção de células agroexportadoras justapostas, um mosaico de regiões quase autônomas formadas no auge desses ciclos.

Cada célula centrada na produção de um tipo de exportação, drenado por uma rede de vias de transporte para um porto marítimo, era, por sua vez, constituída de células produtivas menores, formadas por grandes fazendas ou plantações. Pode-se falar literalmente de um **arquipélago brasileiro**, pois essas células comunicavam-se apenas por navegação de cabotagem, ao longo do litoral. O fato foi provado quando o Brasil ficou ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial: alguns submarinos alemães foram suficientes para cortar qualquer relação entre Rio de Janeiro e Salvador e, por conseguinte, entre o norte e o sul do País, já que não existia nenhuma rota interna, à exceção da precária via navegável do São Francisco.

A história da formação do território não se reduz, no entanto, a esses ciclos. Entendê-la pressupõe levar igualmente em conta diversos outros fatores, como o dinamismo dos bandeirantes, os esforços dos missionários, a paciente expansão dos pecuaristas e a tenaz vontade política e administrativa da Coroa portuguesa.

Os séculos XVI e XVII

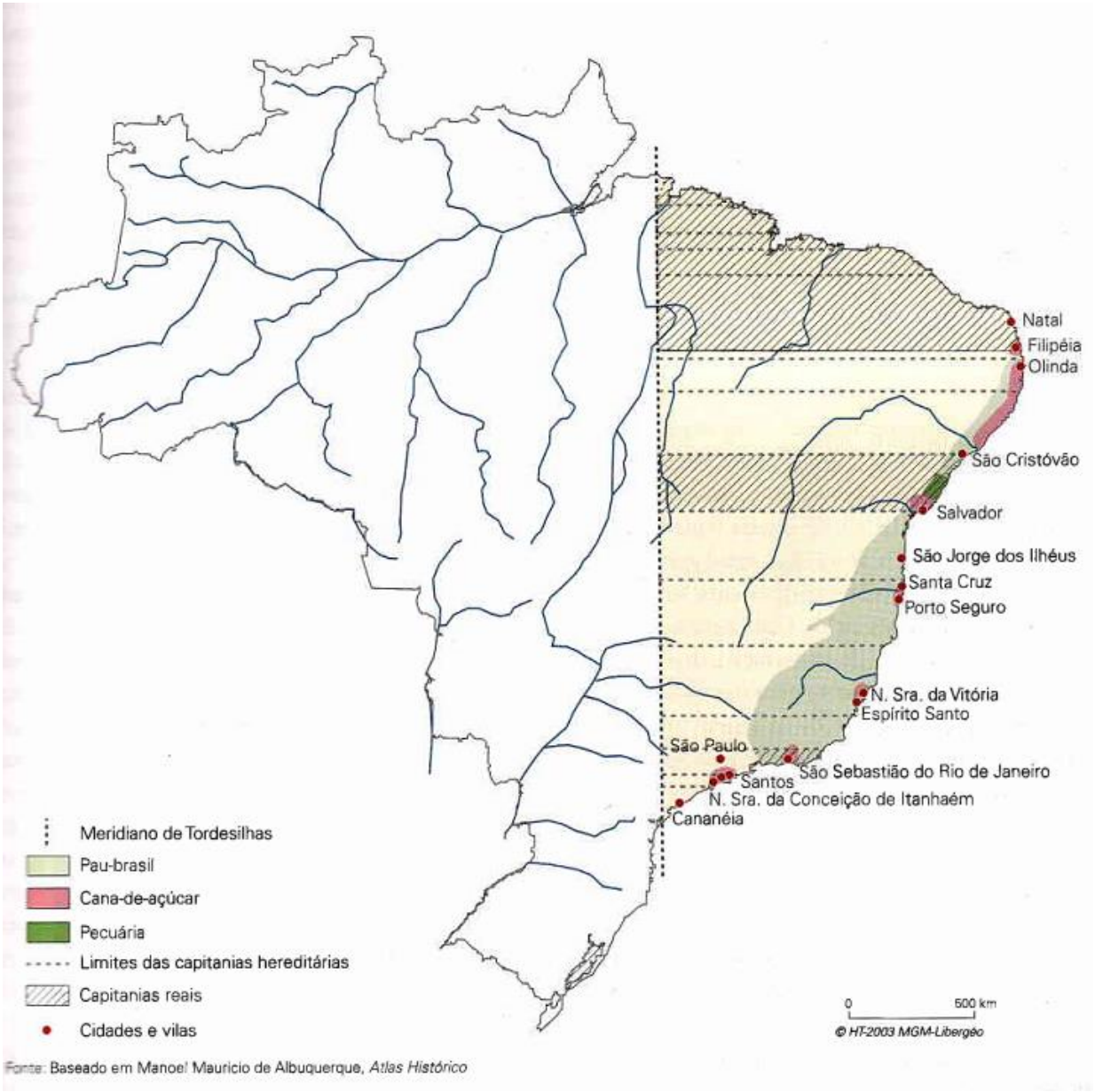
O primeiro ciclo econômico do país foi o da produção de açúcar. O clima e os solos do Nordeste se revelaram ótimos para o desenvolvimento da **cana-de-açúcar**, e os portugueses encontraram, assim, o grande produto de exportação que justificava e permitia uma sólida ocupação da colônia. O Brasil tornou-se, na primeira metade do século XVII, o primeiro produtor mundial de açúcar.

Primeiro, para cultivar a cana e o trabalho nos engenhos foram utilizadas mão de obra escravizada, de africanos: os primeiros chegaram em 1532, e o tráfico durou três séculos, até que, a partir de 1842, a Grã-Bretanha fez respeitar, pela força, sua proibição.

O ciclo do açúcar gerou ciclos secundários, ou induzidos, que marcaram outros espaços. Para pagar os escravos, os colonos portugueses instalados no Brasil tinham necessidade de uma mercadoria de troca, que foi o fumo, com produção especializada no Recôncavo Baiano, região próxima de Salvador.

Também era necessário produzir o alimento para os escravos e criar os bois para impulsionar os moinhos que esmagavam a cana. Assim, no sertão nordestino, passou a se desenvolver a **pecuária**, criando bois para fornecer às plantações do litoral a carne seca, o couro e os animais indispensáveis para girar os moinhos dos engenhos. Além disso, a pecuária ajudou a abrir novos caminhos e penetrou no interior do continente, sobretudo ao longo das margens dos rios, notadamente o São Francisco. No Norte ocuparam, do rio em direção ao litoral, os futuros estados do Piauí e do Ceará, e avançaram até o Maranhão, nos confins da Amazônia.

A economia e o território no século XVI

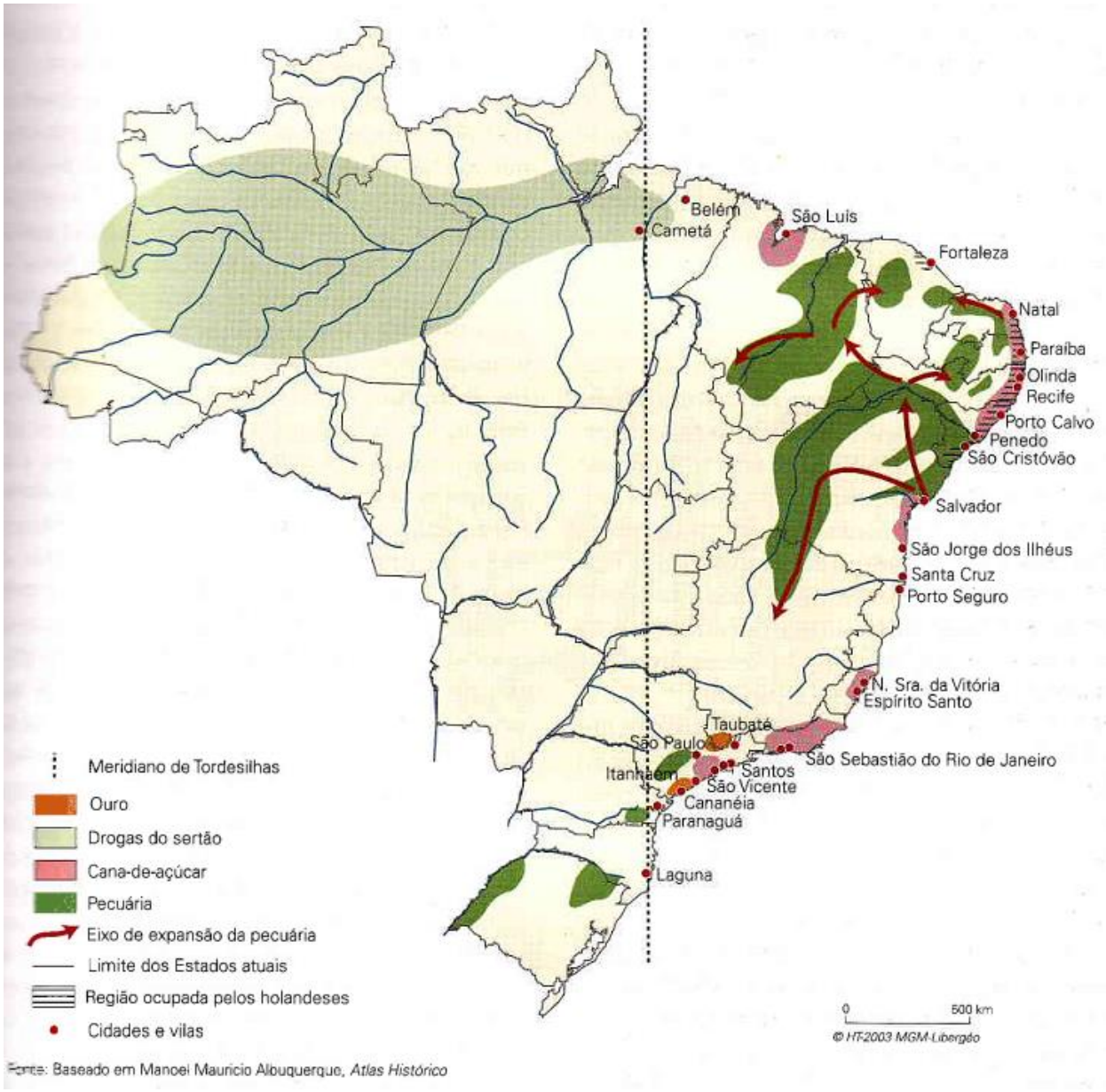


Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

A produção do açúcar estava concentrada em regiões litorâneas do Nordeste e da atual região Sudeste. Como vimos, a expansão da ocupação em direção ao interior do território se deveu aos pecuaristas.

Com a descoberta das minas de ouro, no atual território de Minas Gerais, no século XVII, a economia aurífera também passou a precisar deles, e o movimento de expansão da criação de gado prosseguiu para o interior, para o norte e para o sul. Os pecuaristas, que já tinham ocupado o alto São Francisco antes da descoberta do ouro, reforçaram sua presença, porque as minas constituíam novos mercados.

A economia e o território no século XVII



Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

A expansão e a consolidação – Séculos XVIII e XIX

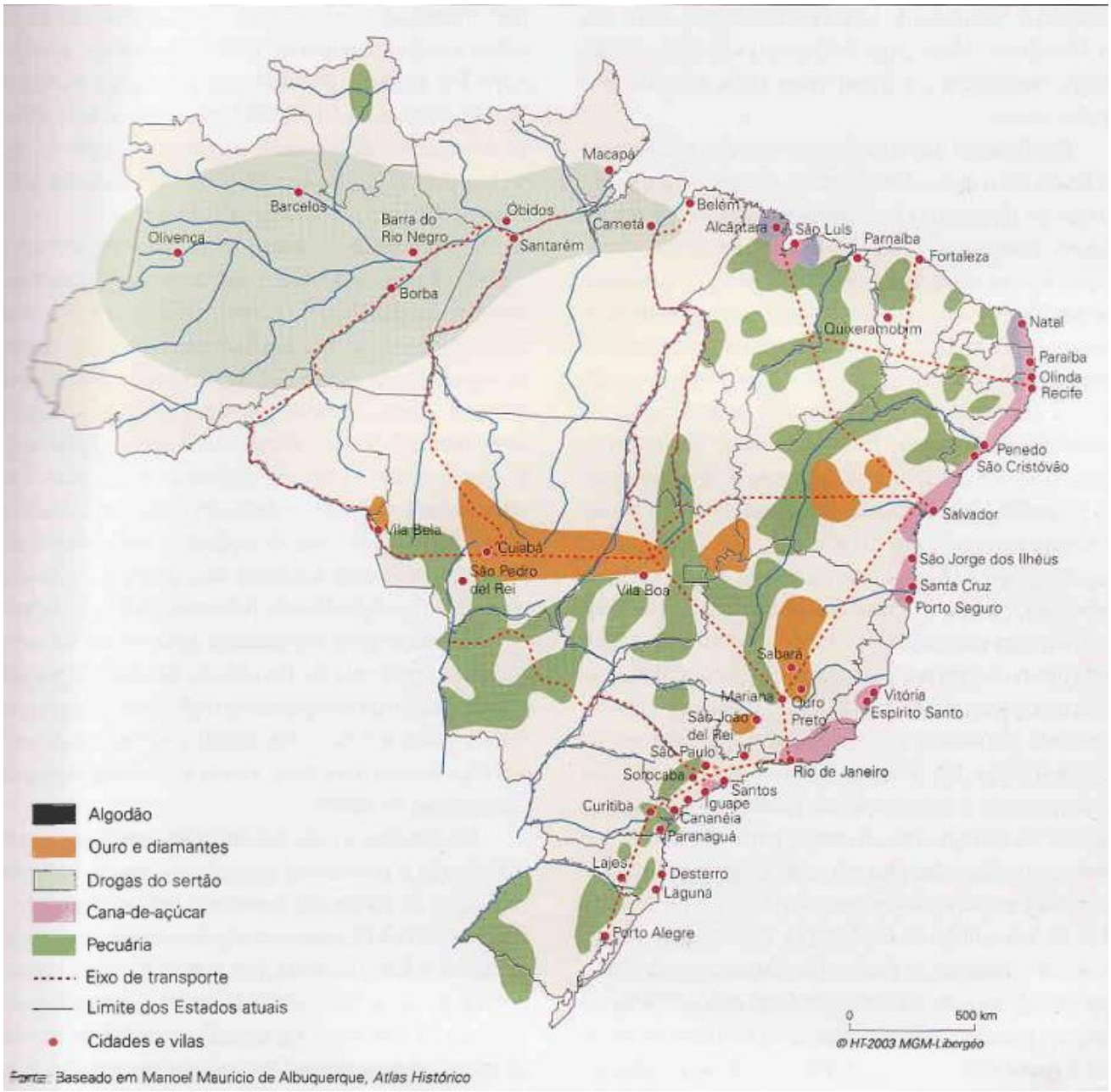
Faltava, contudo, conquistar a imensa bacia amazônica para dar ao País a sua atual dimensão, o que foi feito a partir do fim do século XVIII, sem que nenhum ciclo econômico o justificasse.

Para responder à ameaça dos corsários estrangeiros, a Coroa portuguesa, com militares e jesuítas, fixou estabelecimentos, fortes ou missões ao longo do rio Amazonas, cada vez mais longe, rio acima. O forte de Manaus foi fundado em 1669, e as missões escalonaram-se ao longo de todo o rio a partir da metade do século XVII. Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, em 1761, a conquista estava praticamente terminada. No século XVIII, o movimento ampliou-se, progredindo ao longo dos afluentes.

Consideráveis ganhos territoriais foram obtidos na Amazônia. A exploração econômica reduzia-se à caça e à extração de algumas plantas, raízes, borracha e resinas, e os sonhos de riqueza, alimentados por mitos recorrentes (o lago Parima, o Eldorado) que nunca se materializaram. O motor da conquista foi a vontade dos portugueses, agentes da Coroa e da igreja, de estender seu domínio.

Descobertas de novos recursos, avanço da pecuária e vontade política conjugaram-se para provocar a formidável expansão do território português. Em 1750, no Tratado de Madri, que delimitou os impérios espanhóis e portugueses, o Brasil quase tinha atingido seus limites atuais.

A economia e o território no século XVIII

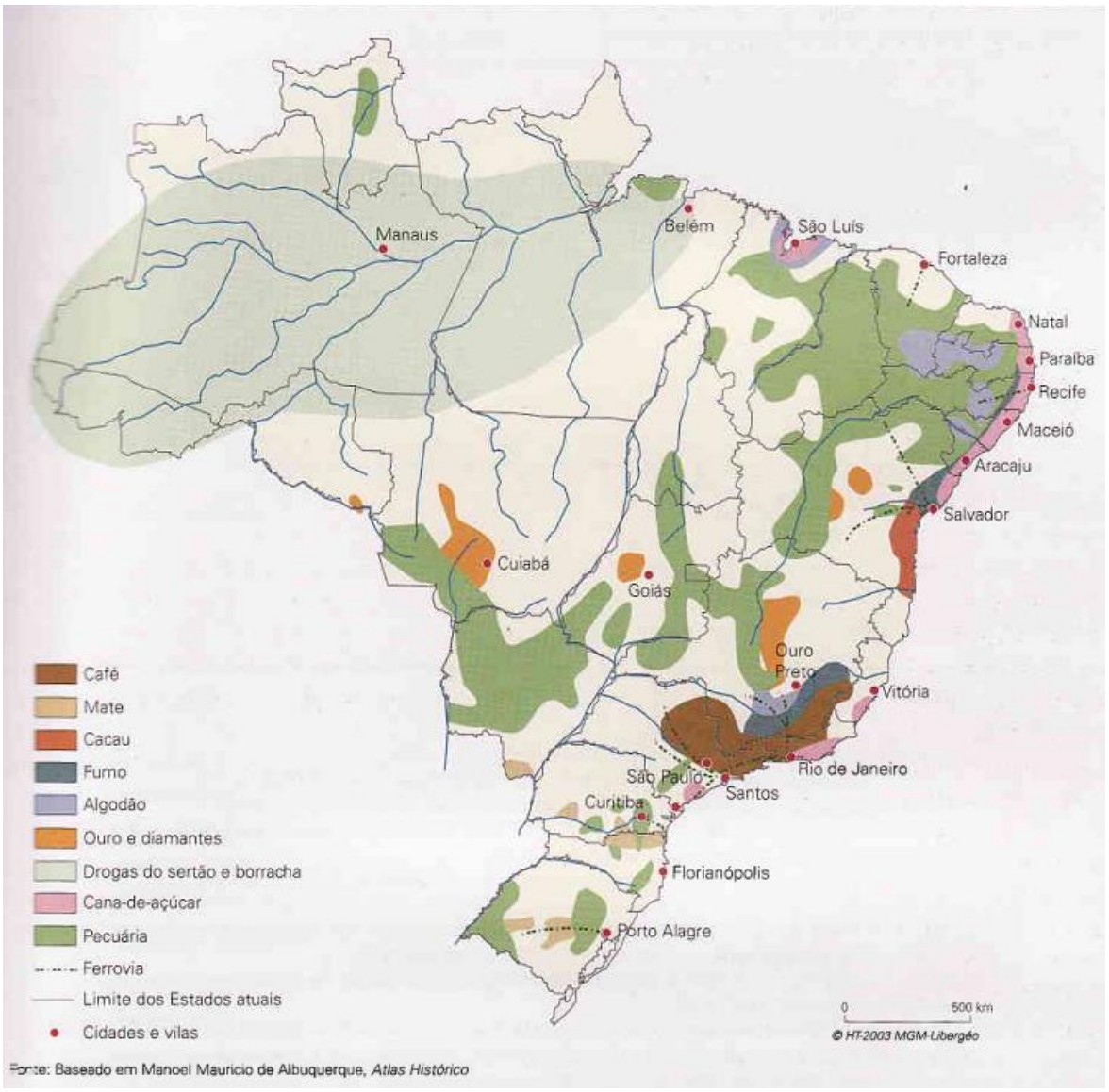


Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

O século XIX e o início do século XX foram marcados pelos últimos “ciclos”, sem dúvida os que mais contribuíram para modelar o território. O último e mais curto foi o da borracha. A demanda mundial de pneumáticos cresceu muito rapidamente com o desenvolvimento do automóvel e, para satisfazê-la, instaurou-se todo um sistema econômico.

No patamar superior estavam as casas de importação e exportação de Belém e Manaus, e no inferior, os seringueiros. **A maior parte vinha do Nordeste**, menos atraídos pela borracha do que expulsos pela terrível seca que devastou o sertão a partir de 1877. Mais de um milhão de nordestinos vieram, assim, instalar-se na Amazônia e muitos ficaram após o desmoronamento do sistema da borracha. Com esse episódio, começou a primeira onda de migrações internas.

A economia e o território no século XIX



Fonte: Atlas do Brasil (2ª edição)

A economia e o território no século XX

A partir de 1910 - quando a Amazônia produzia 80% da borracha mundial -, as plantações inglesas e holandesas do sudeste da Ásia chegaram à maturidade, com uma produção mais regular e mais barata, levando ao declínio do extrativismo amazônico. Durante esse curto período, a Amazônia brasileira foi percorrida, ampliada, e os avanços pioneiros foram oficializados pelos tratados com a maior parte dos países vizinhos, como o de 1903, que permitiu anexar o Acre.

Nesse mesmo período, a onda do café transformou o sul do País e assegurou a sua decolagem econômica. Introduzido no Brasil no século XVIII, o café desenvolveu-se magnificamente.

Ao fim do Império, com a abolição da escravatura, a cultura do café passou a ser realizada por uma mão de obra assalariada ou sob contrato, constituída essencialmente de europeus, cuja imigração era organizada e parcialmente custeada pelos fazendeiros e pelo governo de São Paulo. As plantações se estenderam e a malha ferroviária se expandiu, consolidando o complexo cafeeiro e dinamizando a economia da região.

Contudo, as vastas distâncias e a extrema precariedade das vias de transporte continuavam isolando as diferentes regiões brasileiras. Entretanto, o desenvolvimento acelerado da economia cafeeira paulista passou a gerar economias complementares à sua volta. Assim, as áreas vizinhas começaram a estabelecer vínculos cada vez mais fortes com São Paulo.

O Brasil meridional tornou-se fornecedor de gado e de alguns produtos agrícolas para o núcleo cafeeiro. Ao mesmo tempo, as plantações de café expandiram-se pelo oeste paulista e começaram a avançar sobre terras do noroeste paranaense. Minais Gerais – que se mantivera estagnada desde o fim do ciclo aurífero – passou a abastecer o mercado paulista com alimentos e mão de obra; algumas áreas do atual estado do Mato Grosso do Sul, embora ocupadas de forma pouco densa, passaram a fornecer carne para a dinâmica área da economia cafeeira. As sementes daquilo que seria mais tarde conhecido como Centro-Sul foram lançadas nessa época.

Desde as décadas de 1920 e 1930, o desenvolvimento do complexo cafeeiro em São Paulo lançou as bases para a industrialização do Sudeste. Essa concentração industrial transformou toda a economia do país, criando um **mercado interno nacional**. A região tornou-se o polo da economia do país e o estado de São Paulo, o polo da economia regional.

A industrialização acelerada rompeu o isolamento dos mercados regionais. Os manufaturados do Sudeste – produzidos com tecnologia superior e em escala industrial – invadiram todo o país. A competição desigual com as mercadorias fabricadas nas outras regiões resultou no **predomínio da indústria do Sudeste**.

O crescimento da participação do Sudeste na indústria nacional limitou o desenvolvimento industrial do Sul e, principalmente, do Nordeste. Se o Sul conseguiu manter algum nível de industrialização (sobretudo nos setores de bens não duráveis), o Nordeste retrocedeu em sua participação no contexto industrial nacional – fato que agravou ainda mais a pobreza existente na região.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) e no respectivo pós-Guerra, a concentração geográfica da indústria se intensificou, com a implantação das indústrias de bens de produção e de bens de consumo duráveis. A reorganização da economia nacional atingiu tanto a indústria como a agricultura.

No setor agrícola, a produção voltada para a exportação deixou de dominar e houve uma ampliação significativa da agricultura orientada a suprir o mercado interno. A Região Sudeste, especialmente seus centros urbanos cada vez mais populosos, tornou-se a grande consumidora de produtos alimentares de todas as demais regiões.

Na segunda metade dos anos 1950, a indústria já funcionava como núcleo dinâmico da economia nacional e já era a principal responsável pelas transformações no território brasileiro. O Sudeste integrava-se aceleradamente ao Sul e à parte meridional do Centro-Oeste, enquanto a economia do Nordeste – ao considerarmos dados relativos – se empobrecia. A inauguração de Brasília, em 1960, seguida da abertura de rodovias de integração, esboçava a "conquista moderna" da Amazônia. A economia-arquipélago tinha deixado de existir.

Modernização tecnológica e migrações

O avanço incessante das frentes pioneiras agrícolas resultou na apropriação econômica das últimas terras livres no Brasil meridional. A busca por novas terras disponíveis fez com que o fluxo populacional que havia promovido a ocupação do interior da região fosse reorientado para áreas mais distantes, situadas no Centro-Oeste e na Amazônia.

Os fluxos demográficos foram acelerados ainda mais quando, na década de 1970, introduziram-se **culturas mecanizadas** – de soja, em especial. Disseminando-se por praticamente todas as áreas de planaltos das regiões Sudeste e Sul e elevando o patamar tecnológico de todo o setor agropecuário, as novas formas de cultivo provocaram dispensa de mão de obra.

O emprego de tecnologias cada vez mais modernas no campo levou também a um processo de reconcentração da propriedade rural. A modernização tecnológica da agropecuária intensificou, ainda, deslocamento populacionais no interior da própria região. Um fluxo significativo de pessoas formou-se em direção às capitais estaduais e cidades médias.

4 - Fronteiras

A extensão do domínio terrestre de um Estado é determinada por linhas de fronteiras, limites que indicam até onde vai o território sobre o qual se exerce a sua soberania. A demarcação e indicação desses limites é direito e dever do Estado.

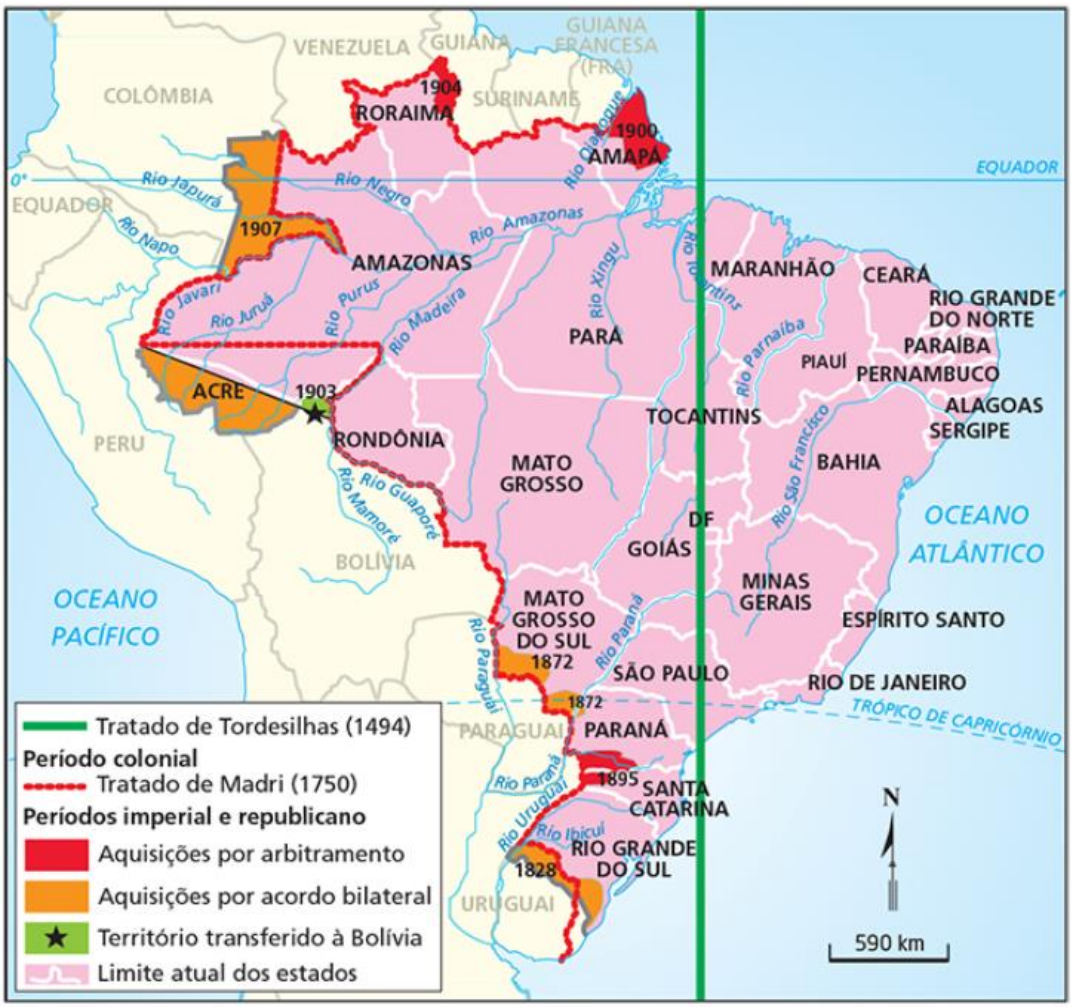
O Tratado de Madri, firmado em 1750 entre Portugal e Espanha, foi importante para consolidar grande parte do território brasileiro para além da linha de Tordesilhas. Mas, efetivamente, **os segmentos de fronteira delimitados no período colonial representam apenas 17% da extensão da atual seção terrestre**.

O Império foi responsável pela delimitação de pouco mais de metade da extensão total das fronteiras terrestres atuais. O segmento de limites com o Uruguai foi resultado dos acordos que deram origem ao país vizinho. O segmento de limites com o Paraguai foi fixado no encerramento da Guerra do Paraguai (1864-70), que envolveu o Brasil e a Argentina. As outras divisórias delimitadas no Império foram por meio de acordos com os países vizinhos.

O início do período republicano foi marcado pela figura de José Maria da Silva Paranhos, o **Barão do Rio Branco**, que ocupou o Ministério das Relações Exteriores de 1902 a 1912. Aproximadamente um terço da seção terrestre das fronteiras brasileiras foi delimitada neste período. A negociação com a Argentina (Questão de Palmas), consolidou a posse do oeste dos territórios que hoje pertencem aos estados do Paraná e de Santa Catarina. Na Amazônia, Rio Branco delimitou o segmento de limites com a Guiana Francesa (Contestado Franco-Brasileiro), garantindo para o Brasil a posse do território do atual Amapá, com a Guiana Inglesa (Questão do Pirara), a posse de uma porção territorial em Roraima, e com a Colômbia, a posse de uma porção territorial no Amazonas.

Além disso, Rio Branco negociou também o **Tratado de Petrópolis (1903)**, por meio do qual o Brasil adquiriu da Bolívia o território que atualmente pertence ao **Acre**.

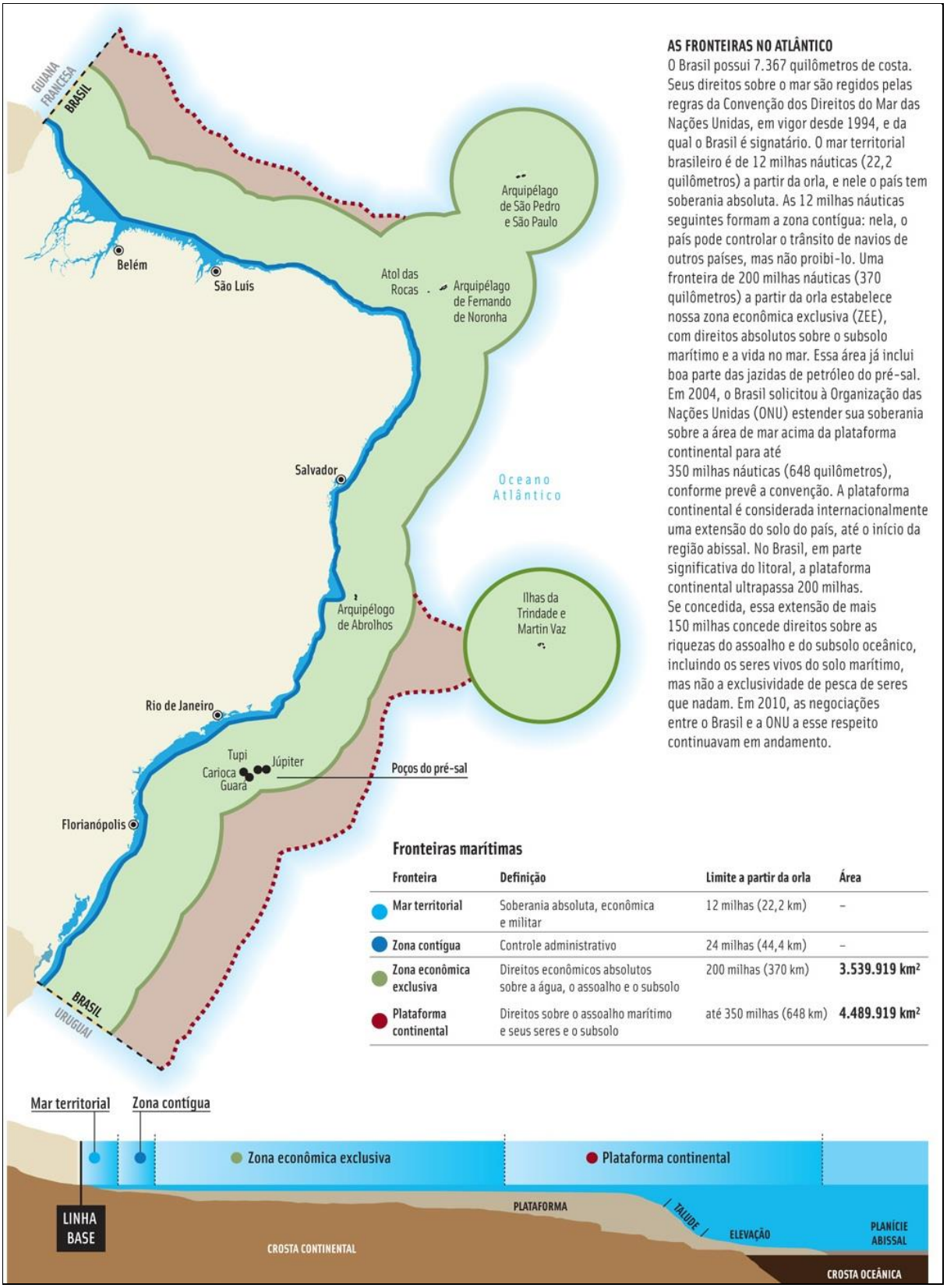
Brasil: Expansão das Fronteiras (séculos XV a XX)



Fonte: Atlas Nacional do Brasil. 3. Ed. Rio de Janeiro. IBGE 2000.

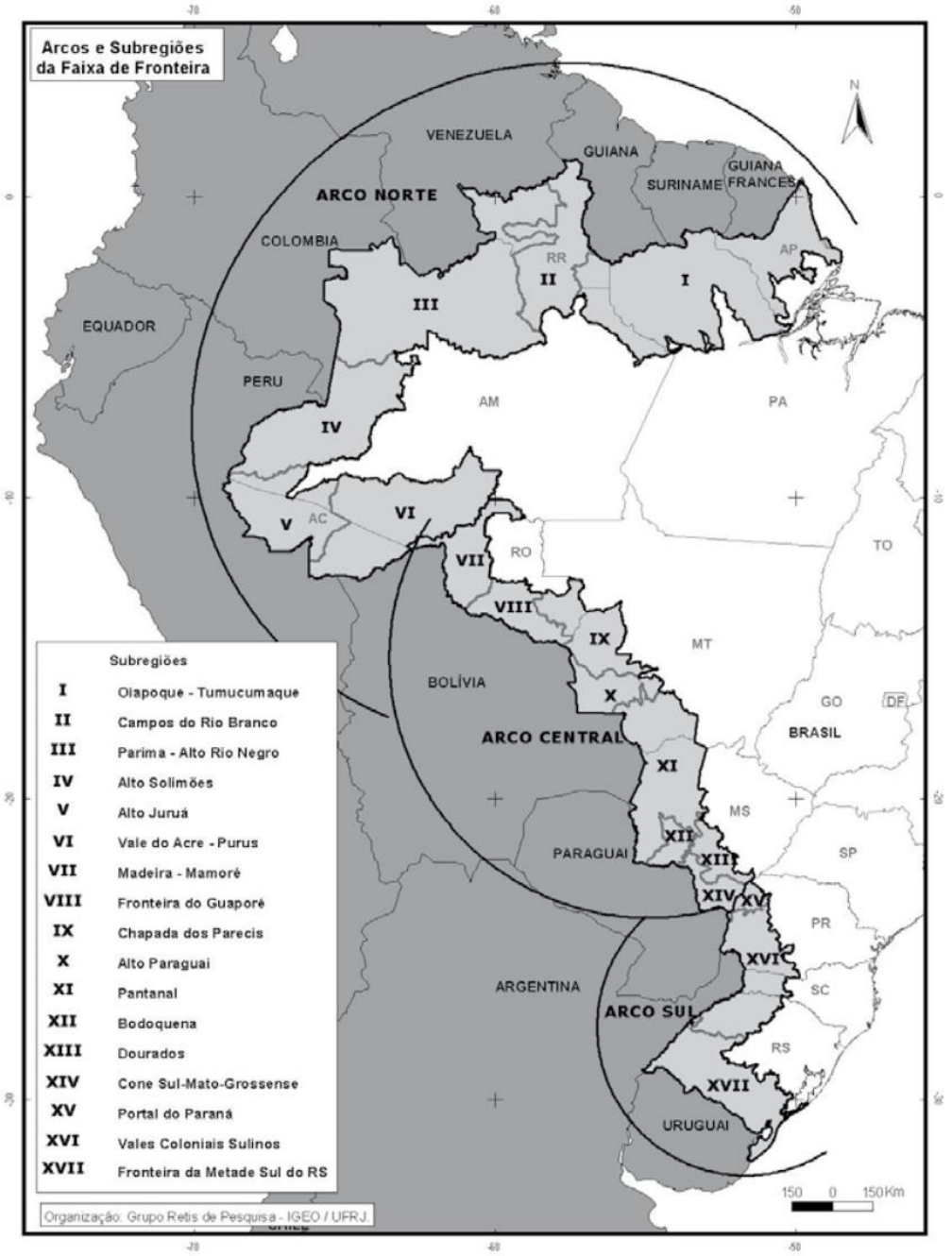
O Brasil faz fronteira com quase todos os países sul-americanos, exceção feita ao Equador e ao Chile. Suas fronteiras estendem-se por 23.086 km que compreendem uma seção marítima de 7.367 km e outra terrestre, de 15.719 km. São 570 municípios fronteiriços espalhados por 11 estados. Na seção terrestre, o país faz fronteira com Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Guiana, Paraguai, Argentina, Uruguai, Suriname e Guiana Francesa, que é um departamento ultramarino da França.

A soberania do Estado aplica-se, integralmente, para o espaço atmosférico sobre o território e se estende sobre a faixa oceânica contígua nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM) em vigor desde novembro de 1994, e, atualmente, ratificada por 156 países. Observe o esquema a seguir:



A Constituição de 1988 considera **faixa de fronteira** uma largura de 150 km ao longo das fronteiras terrestres. Fundamental para a defesa do território nacional, essa área está sujeita a regras especiais de uso do solo, de propriedade e de exploração econômica. Nela, a realização de obras de infraestrutura, tais como aquelas voltadas para transporte, obras de engenharia, como pontes, e a exploração de recursos minerais dependem de autorização especial do governo federal. Por motivos de soberania e de segurança nacional, somente empresas controladas por brasileiros podem atuar na faixa de fronteira.

Brasil: faixa de fronteira



Fonte: BRASIL. Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 53.

5 - A divisão regional

A divisão do Brasil em macrorregiões é atribuição do IBGE e tem o objetivo de reunir estados com traços físicos, humanos, econômicos e sociais comuns, o que ajuda no planejamento de políticas voltadas para áreas com necessidades semelhantes. Várias divisões regionais do território foram estabelecidas no decorrer da história do Brasil. A primeira surgiu em 1913 e era baseada apenas em aspectos físicos. A partir de 1940, a divisão leva em conta os aspectos socioeconômicos, além dos físicos. A atual está em vigor desde 1970 e criou cinco regiões: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul. Ela sofreu algumas alterações depois das mudanças introduzidas pela Constituição de 1988. O Estado do Tocantins é criado e passa a fazer parte da Região Norte. Roraima e Amapá deixam de ser territórios federais e transformam-se em estados. Fernando de Noronha é incorporado ao Estado de Pernambuco.



Os complexos regionais

As regionalizações por complexos regionais não são oficiais, foram desenvolvidas por estudiosos do Brasil e nos ajudam a entender a divisão inter-regional do trabalho do nosso país. São as regionalizações por **regiões geoeconômicas** e segundo o **meio técnico-científico e informacional**.

Em 1964, quando o governo brasileiro ainda estudava a melhor divisão territorial para o país, o geógrafo Pedro Pinchas Geiger elaborou uma proposta de **regionalização baseada nos aspectos geoeconômicos**. A referida proposta se baseia no processo histórico de formação do território brasileiro, levando em

consideração, especialmente, os efeitos da industrialização e a compreensão das relações sociais e políticas do país, pois associa os espaços de acordo com suas semelhanças econômicas, históricas e culturais.

De acordo com Geiger, são três as **regiões geoeconômicas: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.**

Diferentemente da divisão proposta pelo IBGE, os complexos regionais não se limitam apenas às fronteiras entre os Estados. Nessa regionalização, o norte de Minas Gerais, por exemplo, encontra-se no Nordeste, enquanto o restante do território mineiro está localizado no Centro-Sul.

A região geoeconômica Amazônia é a maior delas e a que possui o menor número de habitantes do país. Em muitos pontos da região, acontecem os chamados "vazios demográficos". A região geoeconômica Centro-Sul é a que possui a economia mais poderosa e diversificada do país, baseada, principalmente, na indústria e na agricultura de exportação. É a responsável pela produção da maior parte do Produto Interno Bruto nacional.

A região geoeconômica do Nordeste é a mais antiga do Brasil. É também a mais pobre das regiões, e a que apresenta alguns dos mais graves problemas sociais.

Nas últimas décadas, no entanto, estão acontecendo mudanças estruturais nas atividades produtivas dessa região que podem alterar seu prejudicado quadro social. Muitas indústrias que saíram do Sudeste escolheram essa região graças aos incentivos governamentais, como descontos nos impostos. Além disso, vêm surgindo grandes polos de desenvolvimento fomentados pelo Estado, como Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), que se contrapõem cada vez mais à estrutura produtiva rural dominada pelos latifúndios.

Outra mudança no espaço geográfico vem ocorrendo com o avanço da soja, especialmente no oeste da Bahia e no sul do Piauí e do Maranhão. O setor de serviços vem avançando, em parte, muito ligado à estrutura turística, que apresenta enorme crescimento em toda a região.

Regiões Geoeconômicas



Fonte: Conexões – Estudos de Geografia Geral e do Brasil

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira partiram do conceito de **"meio técnico científico informacional"** para propor outra regionalização do espaço, considerando o princípio de que **as técnicas, as informações e as finanças se distribuem desigualmente pelo território brasileiro, determinando quatro regiões**. A **Região Amazônica** caracteriza-se por baixas densidades demográficas e técnicas. A **Região Nordeste** foi a primeira a ser povoada, apresentando agricultura menos mecanizada que a **Região Centro-Oeste**, onde a agricultura é intensamente produtiva e moderna. Por fim, a **Região Concentrada** é a mais povoada, industrializada e conta com melhor infraestrutura de transporte, comércio, reunindo os principais meios técnicos e concentrando as finanças do país.

Divisão regional segundo o meio técnico-científico e informacional



Fonte: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.



Com o início da Terceira Revolução Industrial, também conhecida como Revolução Técnico Científica ou Revolução Informacional, o capitalismo atingiu seu período informacional.

A característica fundamental dessa etapa do desenvolvimento capitalista é a crescente importância do conhecimento. Os produtos e serviços têm um conjunto cada vez maior de conhecimentos a eles agregados, valorizando-os. A fabricação de um televisor ou um automóvel, por exemplo, envolve, além do material e da mão de obra (que é cada vez mais qualificada), uma série de conhecimentos específicos.

Produtos e serviços têm, portanto, uma nova característica: seu crescente teor informacional. Mas o conhecimento também vai se incorporando ao território, constituindo o que o geógrafo Milton Santos chamou de meio técnico-científico-

informacional, que aparece predominantemente nos países desenvolvidos e nas regiões mais modernas dos países emergentes, e é a base para os fluxos da globalização.

6 - Brasil: organização federativa e sistema de governo

A **Constituição Federal** é a Lei Maior que rege a vida do Brasil, que o define como um **Estado federal**, ou seja, adota a **federação** como **forma de Estado**, a **forma de governo** é a **República**, o **sistema de governo** é o **presidencialismo** e o **sistema político** é a **democracia**.

A **República Federativa do Brasil** é formada pela **união indissolúvel** dos **Estados** e **Municípios** e do **Distrito Federal**. A união indissolúvel significa que não há o direito de secessão, um estado ou município brasileiro não pode se separar do Brasil. O Brasil está dividido em 26 estados, Distrito Federal e 5.568 municípios. No Distrito Federal, que não pode ser subdividido em municípios, está **Brasília**, a capital federal.

Os Estados nacionais possuem soberania, ou seja, as suas vontades não se subordinam a qualquer outro poder, seja no plano interno ou no plano internacional. Por esse conceito nenhum Estado Nacional se subordina a outro Estado Nacional. A República Federativa do Brasil possui **soberania**, ou seja, a sua vontade não se subordina a qualquer outro poder, seja no plano interno ou no plano internacional.

A **organização político-administrativa** da República Federativa do Brasil compreende a **União**, os **Estados**, o **Distrito Federal** e os **Municípios**, **todos autônomos**, nos termos da Constituição Federal, com o mesmo "*status*" hierárquico. O governo de qualquer um deles não pode determinar o que o governo do outro pode ou não fazer. Cada um exerce suas competências dentro dos limites reservados pela Constituição. Os estados são regidos por Constituições Estaduais e os municípios por Leis Orgânicas Municipais, cujos princípios não podem contrariar os da Constituição Federal e estadual. Ambos elegem os seus governantes e representantes no Poder Legislativo.

A **forma de Governo** é o modo como se dá a instituição do poder na sociedade e a relação entre governantes e governados. Na **República**, o **Chefe de Estado** e o **Chefe de Governo** são escolhidos pelo povo, por meio eleições, o que vincula essa forma de governo à **democracia**.

O **presidencialismo** é um sistema de governo chefiado por um presidente da República, que acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo. No Brasil, o presidente da República é eleito por voto direto para um período de quatro anos, podendo ser reeleito para mais quatro anos, assim como os governadores dos estados e os prefeitos dos municípios.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, existem três poderes da União, independentes e harmônicos entre si: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O primeiro, constituído pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, elabora as leis do país; o Executivo encarrega-se da administração e do encaminhamento das políticas públicas; e o Judiciário é exercido em suas instâncias mais altas pelo Supremo Tribunal Federal e pelos tribunais superiores de Justiça, do Trabalho, Eleitoral e Militar. Possui a capacidade e a prerrogativa de julgar, de acordo com as regras constitucionais e leis do país. Dos três poderes, é o único cujos titulares não são eleitos pela população.

A **democracia** brasileira é caracterizada, entre outros aspectos, pela garantia do direito de voto e pelo respeito aos direitos individuais e coletivos e às decisões dos cidadãos expressas nas eleições. O voto no Brasil é obrigatório para as pessoas de 18 a 70 anos, e opcional aos analfabetos, aos que têm mais de 70 anos ou estão na faixa entre 16 e 18 anos.

Entre os fatores que reforçaram a democracia brasileira, pode-se destacar o aumento do número de organizações não governamentais (ONGs), de conselhos estaduais e municipais e de outros órgãos que constituem importantes instrumentos e espaços de interação entre o governo e a sociedade civil e da participação popular na vida política do país.

QUESTÕES COMENTADAS



1. (IBGE/CESGRANRIO/2016 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Um período bem conhecido da história colonial corresponde às Bandeiras, expedições lançadas através do continente, com a bênção distante da Coroa, que contribuíram fortemente para estender o domínio português. Seu foco principal foi um povoado nascido ao redor de um colégio fundado pelos jesuítas, surgindo, a partir disso, uma aldeia.

THÉRY, H.; MELLO, N. Atlas do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 34. Adaptado.

O foco geográfico inicial dos bandeirantes levou à fundação da seguinte cidade:

A) Rio de Janeiro

B) Recife

C) São Paulo

D) Vitória

E) Salvador

COMENTÁRIOS:

As bandeiras eram expedições para o interior do território brasileiro, em áreas pouco conhecidas, para prospecção do território e busca de metais preciosos. Também se dedicavam ao apresamento de índios para escravização e a capturar escravos fugidos e destruir quilombos.

Por ser um ponto estratégico, as bandeiras partiam, em geral, da Vila de São Paulo de Piratininga, atual localização da cidade São Paulo. A concentração da atividade bandeirista em São Paulo fomentou a atividade econômica da vila, que se tornou um entreposto comercial.

A história documentada não relaciona diretamente a presença dos bandeirantes com a fundação da vila. A fundação da vila ocorreu em 1554, e está relacionada à presença de jesuítas no local. Os bandeirantes só passariam a ocupar a vila no século seguinte.

Contudo, a presença dos bandeirantes certamente foi decisiva para aumentar e consolidar a influência da cidade.

Gabarito: C

---

2. (IBGE/CESGRANRIO/2016 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO)



Disponível em: <http://mochileiro.tur.br/ro%20mapa-rondonia%201.jpg>. Acesso em: 31 maio 2016.

Até o ano de 1982, o estado federado destacado na Figura acima era um

A) Território Federal

B) Distrito Federal

C) Município neutro

D) Distrito municipal

E) Distrito industrial

COMENTÁRIOS:

A área destacada na figura acima é o Estado de Rondônia, antigo Território Federal do Guaporé. A Lei Complementar federal nº 41, de 22/12/1981 o transformou no estado de Rondônia, instalado em 04/01/1982.

Gabarito: A

---

3. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) "(...) De outro lado, o número de gaúchos que, a partir de 1940, passaram a habitar outras unidades da Federação, também cresceu. A emigração no Estado aumentou significativamente até os anos 70, tendo como destinos preferenciais Santa Catarina e Paraná. Nas décadas seguintes o fluxo de gaúchos teve como

destino predominante a região Centro-Oeste. Em 2010 o Censo identificou 1.066.500 gaúchos residindo em outros estados brasileiros."

Fonte: Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br

O Centro-Oeste recebeu um contingente significativo de migrantes do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir da década de 1980, em função:

(A) do extrativismo da erva-mate;

(B) da proliferação dos tecnopolos;

(C) da expansão da fronteira agrícola;

(D) da polarização das metrópoles;

(E) do crescimento da silvicultura.

COMENTÁRIOS:

Desde a "Marcha para o Oeste", no Governo Vargas, que o Centro-Oeste é área de expansão da fronteira agrícola. Recebeu um significativo contingente de migrantes do Rio Grande do Sul, a partir da década de 1980. Até hoje, migrantes gaúchos continuam a chegar ao Centro-Oeste. A região recebe migrantes de todas as regiões do Brasil pela sua ainda condição de fronteira agrícola e de polo dinâmico do agronegócio no Brasil.

Gabarito: C

---

4. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) A Carta Constitucional de 1988 define as terras indígenas como as "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Nas disposições Constitucionais Transitórias, fixou-se em cinco anos o prazo para que todas as Terras Indígenas no país fossem demarcadas. Contudo, isso não ocorreu, e as Terras Indígenas no Brasil se encontram em diferentes situações jurídicas.

Adaptado de: Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: pib.socioambiental.org

A Constituição Federal de 1988 estabelece a natureza originária dos direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam e reconhece a eles:

(A) o domínio provisório dessas terras e sua transmissão por doação ou herança aos descendentes;

(B) a utilização compartilhada dessas terras com os ocupantes não-índios e a autorização para arrendá-las;

(C) a propriedade vitalícia dessas terras e o direito de vendê-las após a conclusão do processo de demarcação;

(D) a posse permanente dessas terras e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e das lagoas nelas existentes;

(E) o uso transitório dessas terras e seu aproveitamento até que sejam incorporadas ao patrimônio fundiário da União.

COMENTÁRIOS:

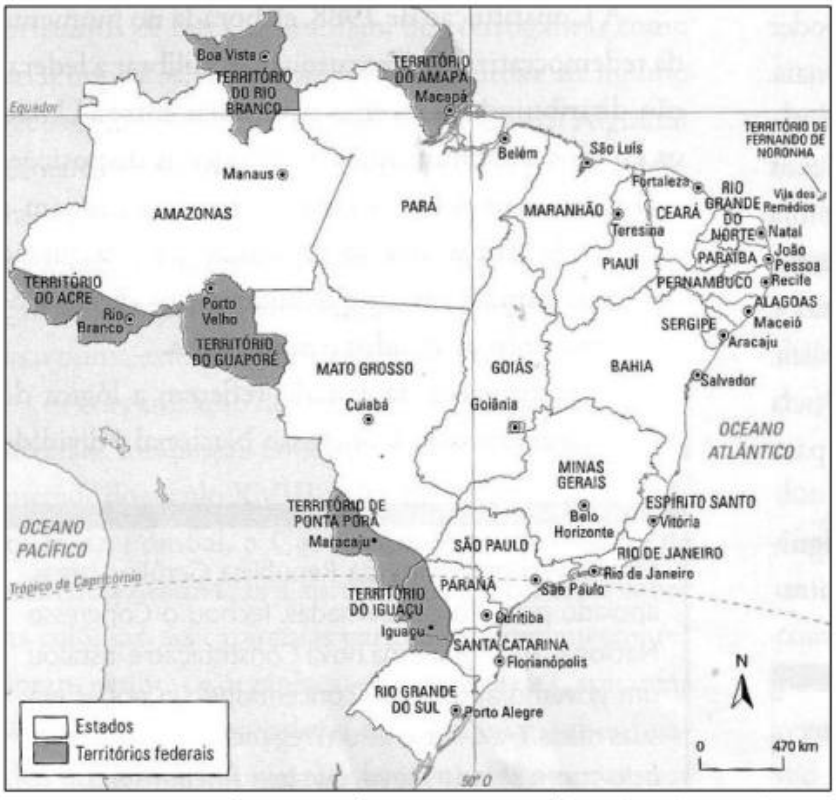
Dispõe o art. 231, § 2º, da Constituição Federal, que "As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes".

Gabarito: D

---

5. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Com a Proclamação da República, em 1889, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados da federação. Ao longo do século XX, novas unidades político-administrativas foram criadas a partir do desmembramento de alguns estados, principalmente na Região Norte. Em 1903, o atual estado do Acre foi anexado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis como Território Federal, uma unidade político-administrativa gerida diretamente pelo poder central.

Em 1943, foram criados outros cinco Territórios Federais, como mostra o mapa abaixo:



Fonte: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 178.

A lógica que orientou a criação dos territórios federais, na década de 1940 foi:

(A) a expansão dos limites do território nacional e o controle efetivo de áreas conflagradas por movimentos de secessão;

(B) o aumento da presença do governo central em áreas pouco povoadas e consideradas vulneráveis às ameaças externas;

(C) o atendimento às demandas políticas das elites locais e o estímulo à formação das cadeias produtivas transfronteiriças;

(D) a consolidação da soberania nacional em áreas densamente povoadas e de litígio territorial com países vizinhos;

(E) o incentivo à descentralização do poder executivo e o aumento da autonomia administrativa das áreas remotas.

COMENTÁRIOS:

Letra A, incorreta. Na década de 1940, os limites do território nacional estavam definidos, não havia nenhuma ação para o alargamento das fronteiras brasileiras. Também não havia, no Brasil, nenhum movimento de secessão, ou seja, nenhum movimento separatista.

Letra B, correta. Em plena segunda década do século XXI, Amapá, Roraima, Acre e Rondônia são áreas pouco povoadas. Quem dirá, na década de 1940. A Região Norte continua pouco povoada, com grandes vazios demográficos. Na década de 1940, a parte oeste dos atuais Estados de Santa Catarina e Paraná e sudoeste do Mato Grosso eram pouco povoadas. São as áreas dos antigos territórios de Iguaçu e Ponta Porã. Copia-se trecho do livro "Geografia para o ensino médio", de Demétrio Magnoli, utilizado para a elaboração da questão: *Os territórios federais, ao contrário dos estados, não dispunham de autonomia política. Situados em faixas de fronteiras pouco povoadas, eles deveriam fornecer a moldura política para a presença do governo central e das forças armadas nessas áreas vulneráveis.*

Letra C, incorreta. Os territórios federais citados não foram criados com o objetivo de atender demandas políticas das elites locais e de estimular a formação das cadeias produtivas transfronteiriças. Foram criados com o objetivo de aumentar a presença do governo central em áreas pouco povoadas e consideradas vulneráveis às ameaças externas.

Letra D, incorreta. Não eram áreas densamente povoadas, mas pouco povoadas e não eram objeto de litígio territorial com países vizinhos.

Letra E, incorreta. Com a criação dos territórios federais, o Governo Federal retirou áreas do território que estavam sob gestão dos estados. Territórios são autarquias territoriais administradas pelo Governo Federal. Houve uma centralização. Descentralização seria se essas áreas continuassem sob a gestão dos estados federados.

Gabarito: B

6. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) No século XVII, a criação de gado desempenhou um papel importante na ocupação do atual território brasileiro e de suporte às atividades econômicas. Além de fornecer carne seca aos núcleos litorâneos, a pecuária:

(A) expandiu os minifúndios com a criação intensiva para a exportação e favoreceu a interiorização da ocupação;

(B) consolidou a estrutura econômica das regiões litorâneas e dificultou a integração inter-regional;

(C) possibilitou a exploração do ouro e apoiou a expansão da fruticultura irrigada no semiárido nordestino;

(D) favoreceu a criação de vilas e cidades no interior e consolidou a expansão da cafeicultura no oeste paulista;

(E) forneceu animais de tração para os moinhos dos engenhos e se interiorizou ao longo do vale do rio São Francisco.

COMENTÁRIOS:

(**A) Incorreta.** A pecuária não expandiu os minifúndios (pequenas propriedades rurais). A realidade agrária não era de minifúndios, mas de latifúndios. A criação de gado se dava em grandes fazendas, ou seja, em latifúndios.

(B) Incorreta. A pecuária era uma atividade de apoio às regiões litorâneas, fornecia carne seca, couro e animais de tração. Não teve este papel de consolidar a estrutura econômica dessas regiões. Como a criação de animais se interiorizou ela colaborou para a integração inter-regional, não a dificultou. Exemplo: Criação de animais no sul do Brasil para atender a necessidades das Minas Geraes. Conectou, estabeleceu uma relação entre essas regiões.

(C) Incorreta. Sim, foi uma atividade de apoio a exploração do ouro. Mas fruticultura irrigada no semiárido no século XVII? Claro que não. A fruticultura irrigada é uma atividade econômica de décadas recente no semiárido.

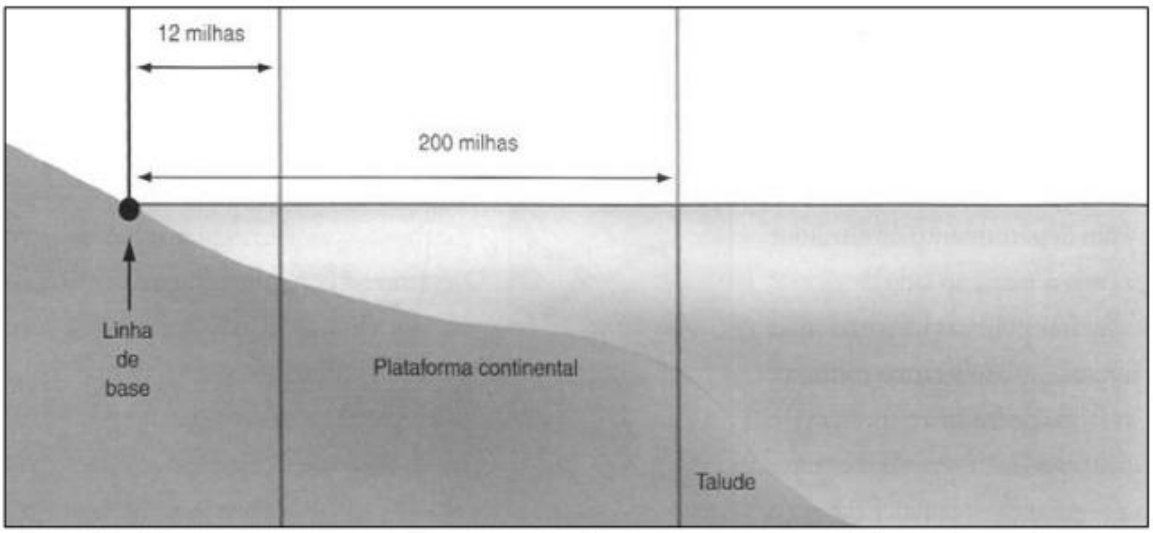
(D) Incorreta. Ela favoreceu a criação de vilas no interior. Vejam que o caput da questão se refere ao século XVII. O café chegou ao oeste paulista somente no século XIX.

(E) Correta. A pecuária fornecia carne seca, couro e animais indispensáveis para girar os moinhos dos engenhos. Os pecuaristas saíram do litoral e avançaram para o interior do Brasil. Uma das áreas colonizadas foi o vale do rio São Francisco.

Gabarito: E

---

7. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Observe a figura abaixo:



Adaptado de: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 182.

Em 4 de janeiro de 1993, o Governo brasileiro sancionou a Lei nº 8.617, que tornou os limites marítimos brasileiros coincidentes com os limites preconizados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 1982.

De acordo com a legislação brasileira, a faixa de 12 milhas marítimas e a faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, indicadas na figura acima, são denominadas, respectivamente:

(A) território nacional estendido e alto mar;

(B) zona franca internacional e região do pré-sal;

(C) território nacional contíguo e Amazônia azul;

(D) mar territorial e zona econômica exclusiva;

(E) mar de soberania nacional e zona abissal.

COMENTÁRIOS:

Até 12 milhas marítimas temos o mar territorial. Na faixa que se estende de 12 a 24 milhas, temos a zona contígua e, na faixa de 24 a 200 milhas, a zona econômica exclusiva. Percebam que a questão não citou a zona contígua, mas as demais alternativas são claramente incorretas, não deixando dúvidas sobre a alternativa correta.

Gabarito: D

---

8. (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Os portugueses introduziram, pioneiramente, na África e no Brasil, um tipo de agricultura apoiada na monocultura açucareira em grandes propriedades, com mão de obra constituída predominantemente de escravos. Toda a produção era embarcada em navios com destino à Europa. Esse tipo de agricultura persiste até hoje no Brasil, com o protagonismo das exportações de produtos tropicais.

MAGNOLI, D. e ARAUJO, R. Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 1997, p. 239. Adaptado.

A atividade agrícola descrita acima é denominada agricultura de

a) jardinagem

b) regadio

c) subsistência

d) precisão

e) plantation

COMENTÁRIOS:

O **plantation** foi um sistema de exploração colonial utilizado entre os séculos XV e XIX principalmente nas colônias europeias da América, na portuguesa, em alguns locais das colônias espanholas e também nas colônias inglesas britânicas. Ele possui quatro características principais: grandes latifúndios, monocultura, trabalho escravo e exportação para a metrópole.

Por meio dos grandes latifúndios, com suas extensas terras, era possível produzir, em grande escala, um único produto, o que se denomina de monocultura. No Brasil, utilizou-se, inicialmente, a cana de açúcar, mas, depois, veio o algodão, o fumo e o café. Geralmente eram produtos tropicais plantados nesses latifúndios.

Esses produtos tinham boa acolhida na Europa, o que levava essa produção a se destinar quase que exclusivamente ao comércio externo com as metrópoles europeias, suprindo o mercado desses locais. A mão de obra utilizada no plantation era a escrava, quase que exclusivamente composta por africanos escravizados.

Gabarito: E

---

9. (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Território federal é uma denominação brasileira para uma categoria específica de divisão administrativa. Os territórios federais integram diretamente a União, sem pertencerem a qualquer estado, e podem surgir da divisão de um estado ou desmembramento, dele exigindo-se aprovação popular através de plebiscito e lei complementar.

Com a extinção dos territórios federais no Brasil pela Constituição Federal de 1988, a seguinte unidade político-administrativa tornou-se estado da federação:

a) Tocantins

b) Amapá

c) Rondônia

d) Pará

e) Pernambuco

COMENTÁRIOS:

Tocantins não era um território. Foi criado pela constituição de 1988, com o desmembramento de Goiás. Rondônia, como o 23º Estado da Federação, foi criado em 1981. Os territórios federais do Amapá e de Roraima foram transformados em estados federados pela Constituição de 1988.

Gabarito: B

---

10. (CESGRANRIO/IBGE/2013 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Na formação territorial brasileira, a atuação dos bandeirantes foi responsável pelo combate aos índios considerados agressores ou opositores à conquista do interior, e também pela captura de negros fugidos das grandes plantações e pela destruição de quilombos. Essa estratégia colonizadora correspondeu a uma verdadeira ação exterminadora dos indígenas no nordeste do País, sob o comando de vários bandeirantes paulistas, sobretudo no século XVII.

A estratégia colonizadora acima mencionada denomina-se

a) urbanismo rural

b) missões jesuíticas

c) desenvolvimentismo

d) sertanismo de contrato

e) Plano Nacional de Desenvolvimento

COMENTÁRIOS:

As bandeiras eram expedições particulares que penetraram o interior da América colonial portuguesa. Não respeitavam o limite do Tratado de Tordesilhas. Em geral, começavam a partir da Vila de São Paulo de Piratininga, na Capitania de São Vicente (hoje São Paulo). Visavam primeiramente à prospecção do território e de metais preciosos. Também se dedicavam ao apresamento de índios para escravização.

Muitas bandeiras foram financiadas por grandes latifundiários, mineradores e comerciantes, dedicadas ao combate aos índios considerados agressores ou opositores à conquista do interior, e também pela captura de negros fugidos das grandes plantações e pela destruição de quilombos, o que ficou conhecido como o sertanismo de contrato.

Gabarito: D

---

11. (CONSULPLAN/IBGE/2009 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) Sobre a formação histórico-territorial e regionalização brasileira, relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª:

Divisão Regional do Brasil (geoeconômica)

1. Centro-Sul.

2. Nordeste.

3. Amazônia.

Características Regionais

( ) É a maior das três regiões geoeconômicas do Brasil e a região menos povoada. A maior parte dos movimentos migratórios dos últimos anos dirige-se a ela.

( ) É a região geoeconômica mais industrializada, povoada e urbanizada do país. Essa região é considerada o centro econômico do Brasil.

( ) Representa a região geoeconômica de ocupação mais antiga, onde atualmente podemos encontrar inúmeras marcas da colonização, presença da agroindústria açucareira e forte influência negra na população regional. Durante três séculos, essa região foi a mais rica e povoada do país.

A sequência está correta em:

A) 3, 2, 1

B) 2, 3, 1

C) 2, 1, 3

D) 1, 3, 2

E) 3, 1, 2

COMENTÁRIOS:

Veja-se que a questão se refere à divisão regional pelo critério geoeconômico, não vamos confundir com a divisão regional do IBGE. A ordem da numeração é 3 – Amazônia, 1- Centro-Sul e 2 – Nordeste.

Gabarito: E

---

12. (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) O federalismo é uma forma de organização das instituições políticas que tem por objetivo fundamental acomodar as tensões decorrentes da necessidade de uma união das *diferenças* para formar uma *unidade*, ambas organizadas territorialmente. Uma característica da federação brasileira, que a diferencia das outras, é a:

(A) pouca autonomia dos Estados brasileiros, frente à União e aos Municípios;

(B) existência de dois níveis federativos, a União e os Estados;

(C) autonomia financeira dos Estados e Municípios;

(D) existência de três níveis federativos: União, Estados e Municípios;

(E) concentração de poder de decisão no nível da União para todas as questões do país.

COMENTÁRIOS:

a) **Errada.** A autonomia é o poder que os entes possuem de agir de forma livre (dentro dos limites constitucionais), ou seja, não há hierarquia entre os entes federados. Isso quer dizer que a União não "manda" nos estados, DF ou municípios, não havendo subordinação entre eles. Se não há subordinação entre os entes e um não manda no outro, não se pode afirmar que os Estados brasileiros possuem pouca autonomia frente à União e aos municípios.

b) **Errada.** Existem três níveis federativos: União, Estados e Distrito Federal e Municípios.

c) **Errada.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são autônomos nos termos da Constituição Federal. Vejam bem, nos termos da Constituição, que estabeleceu uma divisão de competências. Como exemplo, essa divisão estabelece os tributos que cabe a cada ente federado arrecadar. Veja-se que nenhum ente federado é autônomo financeiramente para arrecadar o imposto que quiser, o faz, como já dissemos, nos limites dos marcos regulatórios constitucionais.

d) **Certa.** Existem três níveis federativos: União, Estados e Distrito Federal e Municípios.

e) **Errada.** O poder de decisão sobre todas as questões do país não está concentrado na União, já que há uma divisão de competências, estabelecida pela Constituição Federal. No federalismo brasileiro, as competências mais importantes foram deixadas a cargo da União, por isso, tem-se a impressão de que a União "manda" nos demais entes.

Gabarito: D

---

13. (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) A região do país que nas últimas décadas vem sofrendo as maiores mudanças na sua base produtiva e na expansão do povoamento no seu espaço é a Região:

(A) Norte;

(B) Sul;

(C) Nordeste;

(D) Sudeste;

(E) Centro-Oeste.

COMENTÁRIOS:

O Centro-Oeste vem experimentando mudanças significativas na sua base produtiva nas últimas décadas, basicamente pelo grande crescimento do agronegócio, voltado para a exportação. Com a construção de Brasília, a região recebeu grandes contingentes populacionais. Atualmente é a região do país que mais recebe imigrantes vindos de outras regiões, segundo o IBGE.

Gabarito: E

LISTA DE QUESTÕES

1. (IBGE/CESGRANRIO/2016 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Um período bem conhecido da história colonial corresponde às Bandeiras, expedições lançadas através do continente, com a bênção distante da Coroa, que contribuíram fortemente para estender o domínio português. Seu foco principal foi um povoado nascido ao redor de um colégio fundado pelos jesuítas, surgindo, a partir disso, uma aldeia.

THÉRY, H.; MELLO, N. Atlas do Brasil. São Paulo: EDUSP, 2008. p. 34. Adaptado.

O foco geográfico inicial dos bandeirantes levou à fundação da seguinte cidade:

A) Rio de Janeiro

B) Recife

C) São Paulo

D) Vitória

E) Salvador

2. (IBGE/CESGRANRIO/2016 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO)



Disponível em: <http://mochileiro.tur.br/ro%20mapa-rondonia%201.jpg>. Acesso em: 31 maio 2016.

Até o ano de 1982, o estado federado destacado na Figura acima era um

A) Território Federal

B) Distrito Federal

C) Município neutro

D) Distrito municipal

E) Distrito industrial

3. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) "(...) De outro lado, o número de gaúchos que, a partir de 1940, passaram a habitar outras unidades da Federação, também cresceu. A emigração no Estado aumentou significativamente até os anos 70, tendo como destinos preferenciais Santa Catarina e Paraná. Nas décadas seguintes o fluxo de gaúchos teve como destino predominante a região Centro-Oeste. Em 2010 o Censo identificou 1.066.500 gaúchos residindo em outros estados brasileiros."

Fonte: Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br

O Centro-Oeste recebeu um contingente significativo de migrantes do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir da década de 1980, em função:

(A) do extrativismo da erva-mate;

(B) da proliferação dos tecnopolos;

(C) da expansão da fronteira agrícola;

(D) da polarização das metrópoles;

(E) do crescimento da silvicultura.

4. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) A Carta Constitucional de 1988 define as terras indígenas como as "terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições".

Nas disposições Constitucionais Transitórias, fixou-se em cinco anos o prazo para que todas as Terras Indígenas no país fossem demarcadas. Contudo, isso não ocorreu, e as Terras Indígenas no Brasil se encontram em diferentes situações jurídicas.

Adaptado de: Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: pib.socioambiental.org

A Constituição Federal de 1988 estabelece a natureza originária dos direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam e reconhece a eles:

(A) o domínio provisório dessas terras e sua transmissão por doação ou herança aos descendentes;

(B) a utilização compartilhada dessas terras com os ocupantes não-índios e a autorização para arrendá-las;

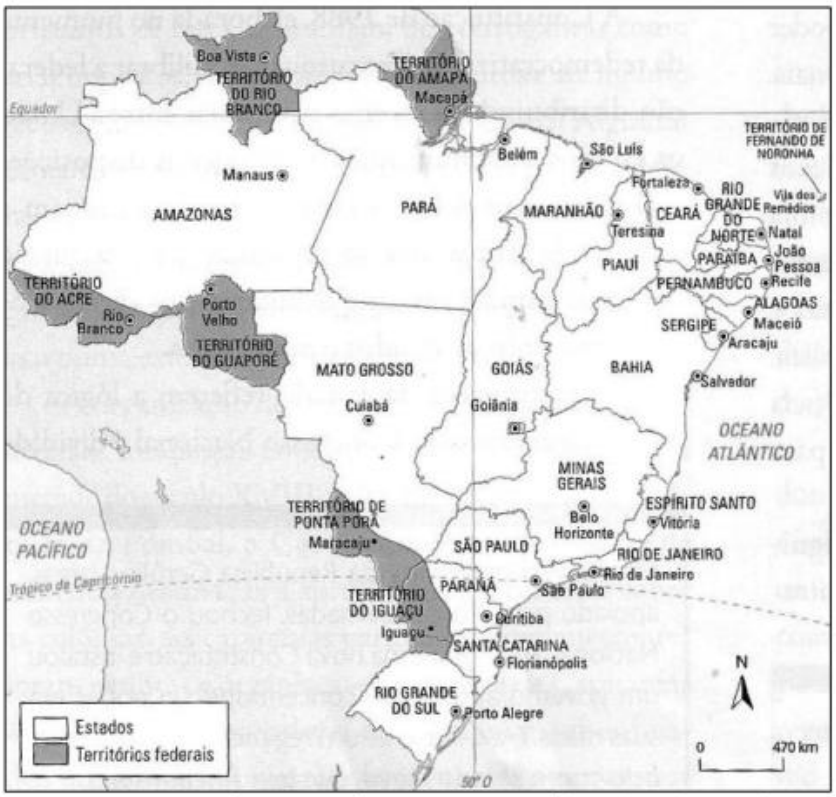
(C) a propriedade vitalícia dessas terras e o direito de vendê-las após a conclusão do processo de demarcação;

(D) a posse permanente dessas terras e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e das lagoas nelas existentes;

(E) o uso transitório dessas terras e seu aproveitamento até que sejam incorporadas ao patrimônio fundiário da União.

5. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Com a Proclamação da República, em 1889, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados da federação. Ao longo do século XX, novas unidades político-administrativas foram criadas a partir do desmembramento de alguns estados, principalmente na Região Norte. Em 1903, o atual estado do Acre foi anexado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis como Território Federal, uma unidade político-administrativa gerida diretamente pelo poder central.

Em 1943, foram criados outros cinco Territórios Federais, como mostra o mapa abaixo:



Fonte: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 178.

A lógica que orientou a criação dos territórios federais, na década de 1940 foi:

(A) a expansão dos limites do território nacional e o controle efetivo de áreas conflagradas por movimentos de secessão;

(B) o aumento da presença do governo central em áreas pouco povoadas e consideradas vulneráveis às ameaças externas;

(C) o atendimento às demandas políticas das elites locais e o estímulo à formação das cadeias produtivas transfronteiriças;

(D) a consolidação da soberania nacional em áreas densamente povoadas e de litígio territorial com países vizinhos;

(E) o incentivo à descentralização do poder executivo e o aumento da autonomia administrativa das áreas remotas.

6. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) No século XVII, a criação de gado desempenhou um papel importante na ocupação do atual território brasileiro e de suporte às atividades econômicas. Além de fornecer carne seca aos núcleos litorâneos, a pecuária:

(A) expandiu os minifúndios com a criação intensiva para a exportação e favoreceu a interiorização da ocupação;

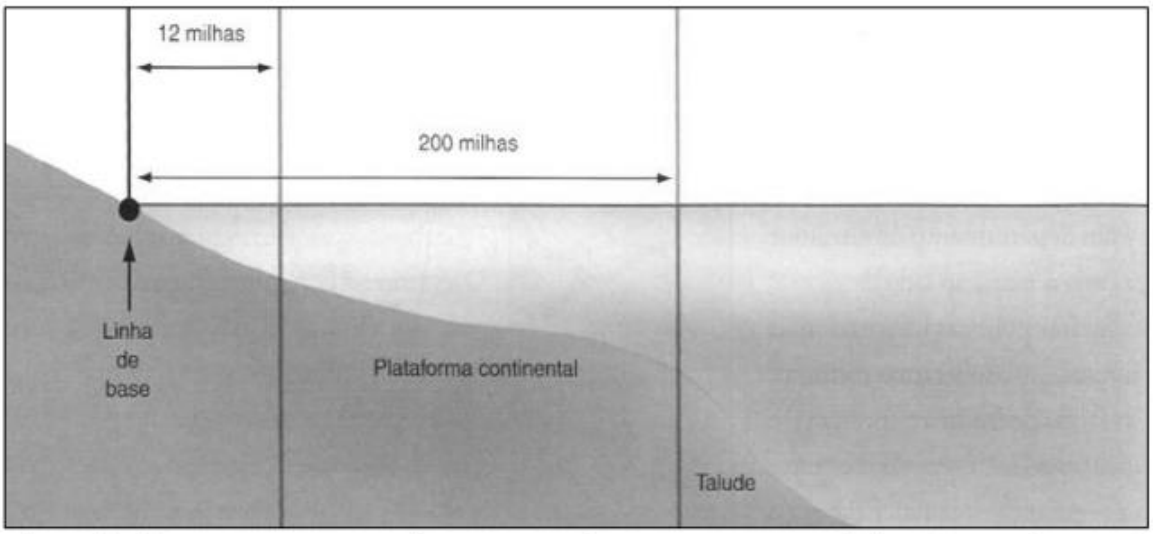
(B) consolidou a estrutura econômica das regiões litorâneas e dificultou a integração inter-regional;

(C) possibilitou a exploração do ouro e apoiou a expansão da fruticultura irrigada no semiárido nordestino;

(D) favoreceu a criação de vilas e cidades no interior e consolidou a expansão da cafeicultura no oeste paulista;

(E) forneceu animais de tração para os moinhos dos engenhos e se interiorizou ao longo do vale do rio São Francisco.

7. (FGV/IBGE/2016 – TÉCNICO DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Observe a figura abaixo:



Adaptado de: MAGNOLI, Demétrio. Geografia para o ensino médio. São Paulo: Atual, 2008, p. 182.

Em 4 de janeiro de 1993, o Governo brasileiro sancionou a Lei nº 8.617, que tornou os limites marítimos brasileiros coincidentes com os limites preconizados pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em 1982.

De acordo com a legislação brasileira, a faixa de 12 milhas marítimas e a faixa que se estende das doze às duzentas milhas marítimas, indicadas na figura acima, são denominadas, respectivamente:

(A) território nacional estendido e alto mar;

(B) zona franca internacional e região do pré-sal;

(C) território nacional contíguo e Amazônia azul;

(D) mar territorial e zona econômica exclusiva;

(E) mar de soberania nacional e zona abissal.

8. (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Os portugueses introduziram, pioneiramente, na África e no Brasil, um tipo de agricultura apoiada na monocultura açucareira em grandes propriedades, com mão de obra constituída predominantemente de escravos. Toda a produção era embarcada em navios com destino à Europa. Esse tipo de agricultura persiste até hoje no Brasil, com o protagonismo das exportações de produtos tropicais.

MAGNOLI, D. e ARAUJO, R. Geografia geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 1997, p. 239. Adaptado.

A atividade agrícola descrita acima é denominada agricultura de

a) jardinagem

b) regadio

c) subsistência

d) precisão

e) plantation

9. (CESGRANRIO/IBGE/2014 – AGENTE DE PESQUISAS E MAPEAMENTO) Território federal é uma denominação brasileira para uma categoria específica de divisão administrativa. Os territórios federais integram diretamente a União, sem pertencerem a qualquer estado, e podem surgir da divisão de um estado ou desmembramento, dele exigindo-se aprovação popular através de plebiscito e lei complementar.

Com a extinção dos territórios federais no Brasil pela Constituição Federal de 1988, a seguinte unidade político-administrativa tornou-se estado da federação:

a) Tocantins

b) Amapá

c) Rondônia

d) Pará

e) Pernambuco

10. (CESGRANRIO/IBGE/2013 – TÉCNICO EM INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS A I) Na formação territorial brasileira, a atuação dos bandeirantes foi responsável pelo combate aos índios considerados agressores ou opositores à conquista do interior, e também pela captura de negros fugidos das grandes plantações e pela destruição de quilombos. Essa estratégia colonizadora correspondeu a uma verdadeira ação exterminadora dos indígenas no nordeste do País, sob o comando de vários bandeirantes paulistas, sobretudo no século XVII.

A estratégia colonizadora acima mencionada denomina-se

a) urbanismo rural

b) missões jesuíticas

c) desenvolvimentismo

d) sertanismo de contrato

e) Plano Nacional de Desenvolvimento

11. (CONSULPLAN/IBGE/2009 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) Sobre a formação histórico-territorial e regionalização brasileira, relacione a 2ª coluna de acordo com a 1ª:

Divisão Regional do Brasil (geoeconômica)

1. Centro-Sul.

2. Nordeste.

3. Amazônia.

Características Regionais

( ) É a maior das três regiões geoeconômicas do Brasil e a região menos povoada. A maior parte dos movimentos migratórios dos últimos anos dirige-se a ela.

( ) É a região geoeconômica mais industrializada, povoada e urbanizada do país. Essa região é considerada o centro econômico do Brasil.

( ) Representa a região geoeconômica de ocupação mais antiga, onde atualmente podemos encontrar inúmeras marcas da colonização, presença da agroindústria açucareira e forte influência negra na população regional. Durante três séculos, essa região foi a mais rica e povoada do país.

A sequência está correta em:

A) 3, 2, 1

B) 2, 3, 1

C) 2, 1, 3

D) 1, 3, 2

E) 3, 1, 2

12. (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) O federalismo é uma forma de organização das instituições políticas que tem por objetivo fundamental acomodar as tensões decorrentes da necessidade de uma união das *diferenças* para formar uma *unidade*, ambas organizadas territorialmente. Uma característica da federação brasileira, que a diferencia das outras, é a:

(A) pouca autonomia dos Estados brasileiros, frente à União e aos Municípios;

(B) existência de dois níveis federativos, a União e os Estados;

(C) autonomia financeira dos Estados e Municípios;

(D) existência de três níveis federativos: União, Estados e Municípios;

(E) concentração de poder de decisão no nível da União para todas as questões do país.

13. (NCE/IBGE/2005 – AGENTE DE PESQUISA E MAPEAMENTO) A região do país que nas últimas décadas vem sofrendo as maiores mudanças na sua base produtiva e na expansão do povoamento no seu espaço é a Região:

(A) Norte;

(B) Sul;

(C) Nordeste;

(D) Sudeste;

(E) Centro-Oeste.

GABARITO



1. C
2. A
3. C
4. D
5. B
6. E
7. D
8. E
9. B
10. D
11. E
12. D
13. E

RESUMO

Formação territorial do Brasil
Antes mesmo de portugueses e espanhóis aportarem no continente americano, eles já deram início à configuração do espaço territorial das Américas, por meio do **Tratado de Tordesilhas**.
Capitanias hereditárias - Primeira divisão político-administrativa do território colonial, criadas em 1534. Distribuídas pela Coroa à um donatário. Unidades autônomas e desarticuladas entre si, descentralização político-administrativa. O Brasil colônia foi dividido em 15 capitanias distribuídas a 12 capitães donatários.
Governo Geral – Sistema de administração centralizada do Brasil português. Tentativa da Coroa de reforçar sua presença e coordenar as capitanias. Instalado na recém-fundada cidade de Salvador (Bahia), primeira capital do Brasil. Em 1763, a capital foi transferida para o Rio de Janeiro, junto com a elevação do Brasil à categoria de Vice-Reinado.
Capitanias do Vice-Reino do Brasil - Com o insucesso das capitanias hereditárias, as capitanias hereditárias retornaram à propriedade do Reino de Portugal. Em 1759, foram organizadas as Capitanias da Coroa, governadas por funcionários nomeados pelo rei e divididas em gerais e subordinadas, sob a autoridade de capitães gerais responsáveis junto à Coroa.
Tratado de Madri (1750) - Princípio do *uti possidetis*, segundo o qual cada nação conservaria as terras que já tivessem efetivamente ocupado. A Espanha reconheceu o domínio de Portugal sobre as terras ocupadas pelos luso-brasileiros. Portugal entregaria à Espanha a Colônia do Santíssimo Sacramento e, em troca, receberia a região ocupada pelos Sete Povos das Missões, no atual Rio Grande do Sul. Não foi cumprido, mas serviu como base para o **Tratado de Santo Ildefonso (1777),** que seguiu em linhas gerais os limites estabelecidos pelo Tratado de Madri. Os portugueses perderam a Colônia do Santíssimo Sacramento e não foram compensados com a região dos Sete Povos das Missões.
Tratado de Badajós (1801) - Região dos Sete Povos das Missões foi definitivamente incorporada ao território do Rio Grande do Sul.
Províncias - Com a declaração da Independência do Brasil, em 1822, as antigas capitanias foram transformadas em províncias do Império do Brasil.
República e os Estados - Em 1889, com a Proclamação da República, as antigas províncias brasileiras passaram à categoria de estados, mantendo os mesmos limites. É introduzido o federalismo no Brasil. A federação brasileira nasceu com 20 estados mais o Distrito Federal.
Mudanças no século XX - Anexação do território do atual estado do **Acre** ao Brasil, em **1903**, por meio do **Tratado de Petrópolis**. Na década de 40, Getúlio Vargas criou seis territórios federais: Guaporé, Amapá, Ponta Porã, Iguaçu, Rio Branco e Fernando de Noronha, com a justificativa de segurança das fronteiras. Em 1946, os territórios de Ponta Porã e Iguaçu foram extintos. Até 1988, os territórios remanescentes se transformaram em estados e o território de Fernando de Noronha

foi anexado à Pernambuco. O Brasil central conheceu dois desmembramentos de estados: a criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, resultou da bipartição do Mato Grosso. Tocantins nasceu, em 1988, pela bipartição de Goiás.

Os ciclos econômicos

Os ciclos nos ajudam a entender como se deu a configuração do território brasileiro através do tempo. Cada ciclo representou uma produção de monocultura voltada para exportação, sem efetivamente desenvolver e integrar o território nacional.

Açúcar nos séculos XVI e XVII, no litoral nordestino, com utilização de mão-de-obra escrava. Os pecuaristas também ajudaram a povoar o interior.

Ouro no fim do século XVII e no início do século XVIII, em Minas Gerais.

Café nos séculos XIX e XX, no Sudeste. Transformou o sul do país e assegurou a sua decolagem econômica

Borracha no final do século XIX e início do século XX, na Amazônia.

A pecuária como atividade de apoio a produção de açúcar e extração de ouro avançou para o interior do Brasil sendo importante na sua ocupação territorial.

Até a primeira metade do século XX, o território brasileiro era desarticulado entre si, com "arquipélagos econômicos" que não se integravam economicamente.

Na década de 1960, a construção de Brasília e o avanço da fronteira agrícola são os principais responsáveis pela ocupação do Centro-Oeste.

A industrialização brasileira, sobretudo em São Paulo, no Sudeste, a partir da década de 1920 vai contribuir para a formação de um mercado interno nacional e a integração econômica do território.

Fronteiras

Atuais fronteiras - O Brasil possui o quinto mais extenso território do mundo. Fronteira terrestre é mais extensa que a marítima. Na seção terrestre, o país faz fronteira com a Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia, Guiana, Paraguai, Argentina, Uruguai, Suriname e Guiana Francesa (departamento ultramarino da França).

A Constituição de 1988 considera **faixa de fronteira** uma largura de 150 km ao longo das fronteiras terrestres. Fundamental para a defesa do território nacional, essa área está sujeita a regras especiais de uso do solo, de propriedade e de exploração econômica.

Fronteiras marítimas

Fronteira	Definição	Limites a partir da orla
Mar territorial	Soberania absoluta, econômica e militar	12 milhas (22,2 Km)
Zona contígua	Controle administrativo	24 milhas (44,4 Km)
Zona econômica exclusiva	Direitos econômicos absolutos sobre a água, o assoalho e o subsolo	200 milhas (370 Km)
Plataforma continental (solicitação de extensão da ZEE)	Direitos sobre o assoalho marítimo e seus seres e o subsolo	Até 350 milhas (648 Km)

Divisão regional

Divisão político-administrativa - Reúne estados com traços físicos, humanos, econômicos e sociais comuns. Macrorregionalização atual: Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Regiões geoeconômicas - Pedro Geiger elaborou uma proposta de regionalização baseada nos aspectos geoeconômicos: **Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.**

Divisão regional segundo o meio técnico-científico e informacional - Geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira partiram do conceito de "meio técnico científico informacional" para propor outra regionalização do espaço, considerando o princípio de que as técnicas, as informações e as finanças se distribuem **desigualmente** pelo território brasileiro, determinando quatro regiões: Amazônia, Centro-Oeste, Concentrada e Nordeste.

Organização federativa e sistema de governo

A **Constituição Federal** é a Lei Maior que rege a vida do Brasil. A **República Federativa do Brasil** é formada pela **união indissolúvel** dos **Estados** e **Municípios** e do **Distrito Federal**. Possui soberania. União, estados e municípios possuem autonomia.

O Brasil está dividido em 26 estados, Distrito Federal e 5.568 municípios. No Distrito Federal, que não pode ser subdividido em municípios, está **Brasília**, a capital federal.

Forma de Estado: federação. Forma de governo: república. Sistema de governo: presidencialismo. Sistema político: democracia.

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. 

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. 

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. 

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. 

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. 

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. 

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. 

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. 

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.